

Revista

FEBASE

Federação do Sector Financeiro



Ano IV
N.º 37
1,50 €
Novembro de 2013

Diretor: Delmiro Carreira

Diretores Adjuntos: Aníbal Ribeiro, Carlos Marques, Horácio Oliveira e Mário Mourão



UGT insta Governo a dinamizar concertação social

Desafio aceite!

Mota Soares responde afirmativamente a repto de Carlos Silva
Central Sindical disposta ao diálogo mas sem abdicar de ser a voz da indignação e resistência

Ficha Técnica

Propriedade:
Federação do Setor Financeiro
NIF 508618029

Correio eletrónico:
revista.febase@gmail.com

Diretor:
Delmiro Carreira – SBSI

Diretores Adjuntos:
Aníbal Ribeiro – SBC
Carlos Marques – STAS
Horácio Oliveira – SBSI
Mário Mourão – SBN

Conselho editorial:
Firmínio Marques – SBN
Patrícia Caixinha – STAS
Rui Santos Alves – SBSI
Sequeira Mendes – SBC

Editor:
Elsa Andrade

Redação e Produção:
Rua de S. José, 131
1169-046 Lisboa
Tels.: 213 216 062/090
Fax: 213 216 180

Revisão:
António Costa

Grafismo:
Ricardo Nogueira

Execução Gráfica:
Xis e Ére, Lda.
xer@netcabo.pt
Rua José Afonso, 1 – 2.º Dto.
2810-237 Laranjeiro

Tiragem: 65.500 exemplares
(sendo 4.500 enviados por
correio eletrónico)
Periodicidade: Mensal
Depósito legal: 307762/10
Registado na ERC: 125 852

sumário



dossiê: 35 anos da UGT
Diálogo social segue dentro de momentos **4**
Pedro Mota Soares: "**Desafio aceite**" **4**
União sindical ibérica **6**
Plano Marshall para a Europa **7**
Sindicatos europeus têm de ser a **voz dos trabalhadores** **8**

SINDICAL | OE 2014
Cortes remuneratórios no setor financeiro **9**

SINDICAL | Fundo de Pensões
Credibom **10**

SINDICAL | Conferência Febase
Debater o futuro do sindicalismo **11**

QUESTÕES | Jurídicas
Acórdão sobre alteração ao Código do Trabalho **12**

TEMPOS LIVRES | Nacional
Karting: **Corrida emocionante** vale título a Alex Pires **16**
Snooker: João Chumbinho **campeão invicto** **17**
Xadrez: António Fernandes **revalida título** **17**
Pesca de mar: Dobradinha para **José Ferreira Azevedo** **18**
King: Caetano Moço **arrecada troféu** **18**



20
| **Bancários Centro**



23
| **STAS Actividade Seguradora**



26
| **Bancários Sul e Ilhas**



29
| **Bancários Norte**



TEXTO: **MÁRIO MOURÃO**

Não há impossíveis para impedirmos a saída maciça de trabalhadores do BCP.

Como nos é apanágio, o privilégio é sempre endereçado para os caminhos da negociação e do diálogo. Preferimos a tarefa árdua da construção, deixando para outros o ónus da destruição

Tudo faremos para não abrir portas aos despedimentos coletivos

Se é verdade que os trabalhadores do setor financeiro português têm vindo a ser impiedosamente vergastados com os mais variados problemas oriundos das sucessivas ondas de choque provocadas pela crise que se instalou na economia real, o momento presente é, sem sombra de dúvida, o mais difícil de todos eles.

No momento em que a presente edição da Revista FEBASE é publicada, o exemplo mais paradigmático será, inquestionavelmente, protagonizado pelo Millennium bcp.

Temos de convir que para a FEBASE este constitui um desafio de enormes proporções, pelo que estamos fixados naquele que se nos afigura o mais nobre de todos os objetivos: tudo fazer para não permitirmos que se abram as portas dos despedimentos coletivos.

Perdoe-se-me que pessoalize um pouco o sentimento que na circunstância nos assola – mas que certamente é partilhado por todos os meus companheiros – e que se encontra bem plasmado na célebre frase do poeta francês Jean Cocteau: "Não sabendo que era impossível, foi lá e fez".

Pois, neste caso e para mim – para nós –, não há impossíveis para impedirmos a saída maciça de trabalhadores do BCP. Como nos é apanágio, o privilégio é sempre endereçado para os caminhos da negociação e do diálogo. Preferimos a tarefa árdua da construção, deixando para outros o ónus da destruição.

Para além do mais, e apesar de todas as diligências que a FEBASE possa desenvolver aos mais diversos níveis, aconselhará os seus Sindicatos a que não tomem qualquer decisão sem previamente auscultarem os trabalhadores daquela instituição de crédito. De resto, estou certo que os Sindicatos da FEBASE acolherão de bom grado todas as sugestões que lhes sejam enviadas pelos trabalhadores interessados.

Por isso apelo aos trabalhadores do BCP, que se encontram a atravessar este momento tão difícil – para eles e para os respetivos agregados familiares –, no sentido de procurarem encontrar a serenidade possível, uma vez que não estão sozinhos: os Sindicatos da FEBASE tudo continuarão a fazer para salvar o maior número de postos de trabalho, encontrando-se por isso completamente envolvidos no acompanhamento de todo o processo.

Para finalizar a abordagem a esta situação que se vive no BCP, quero deixar bem claro – para que dúvidas não sobejem – que a mesma em situação alguma poderá contaminar os outros bancos. Por outras palavras: se se concretizar algum acordo com o BCP, essa será uma exceção. Que terá de ser sempre interpretada como tal e que, como tal, apenas servirá para confirmar a regra vigente nas relações existentes entre Sindicatos e instituições de crédito. Não constituirá um precedente: apenas um parêntesis. Que ninguém se iluda. Os Sindicatos não permitirão quaisquer tipos de extrapolações.

Como no início referi, a cada momento se aprofunda a complexidade da situação que Portugal atravessa. O Orçamento do Estado para 2014 aí está, para lançar ainda mais uma cortina de perplexidade sobre o nosso futuro imediato, lançando cortinas de fumo em duas direções perigosas: por um lado, cava ainda mais fundo o caminho da austeridade; por outro, propõe medidas que, a serem declaradas inconstitucionais, vão suscitar um aumento do ruído e da inquietação que grassam a nível nacional e que voltarão a ter repercussões além-fronteiras.

Ora, com um setor financeiro também ele inquieto, quem mais paga, quem mais sofre, são os trabalhadores. E é precisamente por isso que se lhes reclama maior sentido de unidade, tamanhas são as adversidades com que estamos confrontados.

Mas essa unidade deve ser construída e consolidada em torno das suas associações representativas, para que o esforço se não perca. Por isso, os Sindicatos verticais do setor bancário (do Norte, do Centro e do Sul e Ilhas), e os do setor segurador (STAS e SISEP), institucionalizados na FEBASE, encontram-se capacitados para capitalizar as sinergias resultantes da unidade dos trabalhadores, atuando em duas vertentes, que se movem simultaneamente: por um lado, lutando pela manutenção dos postos de trabalho; por outro, impedindo que haja retrocessos nos acordos celebrados com as entidades patronais.

Não é demais repetir: o momento é difícil. Exige responsabilidade e contenção. Mas firmeza. Cá estamos e cá estaremos para honrar os nossos compromissos para com os trabalhadores. ■

Governo compromete-se com a Central Sindical

Diálogo social segue dentro

No dia 28 de outubro de 1978 nascia oficialmente a União Geral de Trabalhadores. Trinta e cinco anos depois, a efeméride foi assinalada com nostalgia e confiança no futuro, mas na certeza de que o papel da Central nunca foi tão fundamental como agora – e por isso, embora privilegie o diálogo não abdica de ser a voz da indignação e da revolta dos portugueses. O Governo, pela voz do ministro Pedro Mota Soares, aceitou o repto de Carlos Silva e comprometeu-se a dinamizar a concertação social



Foi ao som da liberdade que se iniciaram as comemorações do 35.º aniversário da UGT. Com os acordes saídos da guitarra de Carlos Alberto Moniz, as mais de duas centenas de pessoas que marcaram presença reviveram músicas importantes do passado mas que, pela riqueza das suas letras aliadas ao difícil momento que o país atravessa, se tornam bastante atuais.

A data foi assinalada ao longo de todo o dia, com um painel composto por personalidades importantes do mundo sindical a que se juntaram outras ligadas à concertação social. Além disso, realizou-se uma conferência subordinada ao tema "Um Plano Marshall para a Europa. Desafio ou Utopia?".

Coube à presidente da UGT a honra de inaugurar a sessão solene. Lucinda Dâmaso começou por referir o simbolismo e emoção deste dia e homenageou os fundadores da Central: "Só é possível estarmos aqui hoje porque há 35 anos um grupo de grandes democratas do nosso País entendeu ser fundamental, imprescindível e necessário a constituição de uma central sindical democrática e plural ao serviço dos trabalhadores".

Além de agradecer a todos os que ajudaram a construir a UGT, Lucinda Dâmaso deixou uma palavra de apreço a João Proença. "Muito obrigada por tudo aquilo que me ensinou ao longo de toda a minha vida sindical".

A presidente referiu que a UGT "em nenhum momento se desviou dos seus valores fundamentais" e atuou e atuará sempre "em defesa dos valores e princípios do sindicalismo democrático".

"Temos toda a consciência de que são grandes os desafios e as lutas que temos pela frente. Mas muito mais forte é a nossa convicção de que a UGT será, mais uma vez, capaz de vencer", concluiu.

"Trabalhadores são um exemplo"

O secretário-geral adjunto da Confederação Sindical Internacional (CSI), Jaap Wiene, deu os parabéns à UGT e deixou rasgados elogios: "Durante estes 35 anos

Pedro Mota Soares: "Desafio aceite"



O ministro da Solidariedade, Emprego e Segurança Social esteve presente no aniversário em representação do Primeiro-Ministro e não poupou elogios à atuação da Central Sindical. "São 35 anos de uma matriz diferenciada, de um sindicalismo democrático em que o diálogo social é a via privilegiada para a construção da defesa dos trabalhadores. A sua postura responsável está espelhada numa atividade sindical com sentido de Estado e com sentido de compromisso que muito tem valido a Portugal em sucessivos acordos".

Para Mota Soares, o momento que o País atravessa não é fácil, mas o diálogo com a UGT "tem permitido ao Governo fincar pé a muitas das exigências que os credores nos têm pretendido impor".

O ministro afirmou ainda que uma das vias para ultrapassar as dificuldades passa pelo trabalho, daí ser importante continuar a apostar em políticas ativas de emprego e de combate ao desemprego jovem. E respondendo diretamente a Carlos Silva, Pedro Mota Soares foi perentório. "Se o desafio é dinamizarmos a concertação social, quero dizer-lhe: desafio aceite", concluiu. ■

de momentos



Enorme aclamação para João Proença

No final da sua intervenção, Carlos Silva deixou palavras elogiosas ao seu antecessor, relevando o papel de João Proença nestes 35 anos da UGT.

Foi um dos momentos do dia. João Proença foi surpreendido com uma homenagem especial. Convidado a dirigir algumas palavras à plateia, começou por agradecer a todos pelo trabalho que foi feito nestes anos. "O trabalho da UGT é um trabalho conjunto, solidário entre dirigentes, entre trabalhadores, e esteve sempre presente. É essa a história da UGT. Muito foi feito, infelizmente muito falta fazer".

O antigo secretário-geral terminou a sua intervenção afirmando que não há democracia sem sindicatos livres porque "neste momento, mais do que nunca, Portugal precisa de um movimento sindical forte e reivindicativo". ■

enfrentaram dificuldades e sucessos. A vossa contribuição para a consolidação da democracia em Portugal tem sido importante, não só para o País e os seus cidadãos, mas também como exemplo para outras centrais sindicais".

Jaap Wienen centrou a sua intervenção na relação dos cidadãos com os governantes, referindo que as políticas atuais são a causa da perda de confiança das populações. "As escolhas políticas dos governantes tornam-se mais claras em tempos de crise, com cortes nos serviços públicos, na educação, na saúde, ao mesmo tempo que os interesses económicos são salvaguardados. Estas escolhas levam a que os cidadãos se sintam abandonados pelos seus líderes políticos".

É aqui que o papel dos sindicatos se torna importante embora, nas palavras do secretário-geral adjunto, seja bastante complicado às organizações sindicais manterem o seu papel quando muitas vezes nem são consultadas. Embora respeitados como parceiros sociais, torna-se difícil pedir aos sindicatos que demonstrem compreensão por medidas de austeridade, uma vez que "as instituições financeiras tentaram maximizar o lucro a qualquer custo e depois dos seus falhanços são os cidadãos que pagam o preço desse comportamento indecente".

O secretário-geral adjunto da CSI terminou a sua intervenção afirmando que "a UGT Portugal é o exemplo vivo de uma central sindical que sempre participou no diálogo social, que mostrou responsabilidade para contribuir para a sociedade. Mas fez também escolhas claras para mostrar o poder

dos trabalhadores quando os líderes políticos não mostraram o devido respeito".

Europa social é o objetivo

As primeiras palavras que Bernadette Ségol dirigiu à plateia foram, para surpresa dos presentes, em português e serviram para agradecer o convite que a UGT endereçou à secretária-geral da Confederação Europeia de Sindicatos para estar presente nesta comemoração.

Ségol começou por definir a CES como um sindicato europeu porque "tal designação mostra imediatamente o que somos, o que fazemos e porque o fazemos".

Ao longo da sua intervenção, Bernadette Ségol usou várias vezes a palavra união, não se coibindo de afirmar que, num mundo cada vez mais globalizado, o futuro terá de ser alcançado em conjunto pelos países europeus. Esse desejo foi o mote para a secretária-geral apelar a uma nova definição para o espaço europeu. "Uma Europa social não é só uma Europa de mercado livre, não é a Europa de David Cameron ou da troika, mas sim de normas comuns vinculativas onde a proteção social, o salário mínimo, a lei social não são obstáculos para a economia ou a competitividade. Bons salários, empregos decentes, diálogo social são essenciais para o progresso social, que deve ser o objetivo de uma boa economia", explicou.

Os cidadãos já tiveram um leve sabor dessa Europa que, para Ségol, "apareceu antes do capitalismo de casino nos atirar para uma grave situação económica que os trabalhadores são obrigados a pagar".

A secretária-geral da CES aponta a recuperação económica como o único caminho para o crescimento mas, para tal, é necessário um plano de recuperação económico. "Precisamos de acabar com a austeridade e partir para o crescimento sustentado. Para atingir este objetivo precisamos de uma visão a longo prazo do que a União Europeia deve ser".

Bernadette Ségol deixou a certeza de que os sindicatos continuarão a lutar e a ser a voz dos trabalhadores e concluiu a sua intervenção novamente em português: "Coragem e força à UGT e a todos os trabalhadores portugueses".

"Poder político foi capturado pelo poder financeiro"

O presidente do Conselho Económico e Social (CES) marcou igualmente presença na sessão solene dos 35 anos da UGT. José Silva Peneda destacou o papel dos sindicatos ao longo dos anos e a sua importância na construção das sociedades modernas. "A UGT soube construir, em momentos decisivos, formas de diálogo que se revelaram muito importantes no desenvolvimento da sociedade portuguesa. É um património que soube conquistar com inteligência e perseverança em momentos muito complicados".

Falando especificamente para João Proença, o presidente do CES revelou que, por vezes, seria mais fácil desistir e fazer apenas contestação. "De uma ideia inicial que parecia negativa con- ▶



Carlos Silva, Mota Soares, João Proença e Oliver Roethig trocam impressões

segue-se dar a volta e pelo menos transformá-la para que não seja tão negativa como parecia à partida. E isso é uma capacidade que é rara encontrar em dirigentes políticos e sindicais".

A situação que é vivida atualmente não só em Portugal mas em toda a Europa tem uma causa muito simples: a captura do poder político pelo poder financeiro. "Esse é o aspeto mais marcante dos últimos anos na evolução das sociedades, não só na europeia mas também em todo o lado", afirmou Silva Peneda, acrescentando que o sistema político falhou, pois "não foi capaz de regular, fiscalizar e disciplinar o sistema financeiro".

Para o presidente do CES, o modelo que vigorou até ao início da crise encontra-se esgotado do ponto de vista económico, sendo necessária a construção de um novo modelo assente em três pontos-chave: equilíbrio das contas públicas, crescimento económico e reforma do Estado. "Isto obriga à construção de um programa com duas características: tem de ser credível face aos nossos credores e tem de gerar confiança nos agentes económicos e sociais", explica Silva Peneda, ao acrescentar ainda ser preciso, pelo menos, uma década para reformular a estrutura da economia portuguesa. Além disso, tem de ser feito de forma gradual e beneficiar da coerência e compromisso entre os parceiros sociais.

Manter aberta a via do diálogo

A penúltima intervenção da manhã coube ao homem que comanda hoje os destinos da central sindical. Carlos Silva começou por afirmar que, no período mais difícil em quase 40 anos de democracia, "a UGT sempre pautou a sua inter-

venção de forma responsável assumindo o diálogo e a negociação como armas preferidas para atingir os seus objetivos: a defesa dos direitos dos trabalhadores portugueses. Nunca foi nossa opção a luta pela luta mas sempre uma atuação consentânea com o espírito de compromisso na obtenção de acordos que salvaguardem os esforços dos nossos sindicatos e dos trabalhadores que representam".

O secretário-geral afirmou que cabe à UGT "ser a voz da indignação e da resistência" numa altura em que as famílias são fortemente penalizadas pela proposta de Orçamento do Estado.

"Sem deixar cair [...] a via do diálogo e da negociação, temos o dever de expressar com veemência que rejeitamos políticas de ultra-austeridade que não beneficiam o país", afirmou, numa declaração que recebeu a primeira grande ovação da plateia.

Para Carlos Silva, o Orçamento do Estado recentemente apresentado não é amigo do emprego nem estimula o crescimento económico. "Não há confiança na economia. Sem confiança como é possível que os empresários portugueses invistam? Quem compra? Como se estimula o mercado interno? Que rendimento dispõem as famílias para reforçarem o consumo? E se não há investimento, como é possível que se criem empregos?", questionou.

Dirigindo-se ao ministro Pedro Mota Soares, Carlos Silva fez saber que a UGT

rejeita o plano de convergência dos sistemas de pensões da Caixa Geral de Aposentações e da Segurança Social, reafirmando que a Central Sindical não terá uma posição de comodismo ou submissão face a esta matéria.

O secretário-geral deixou um apelo à fiscalização sucessiva do Orçamento, antes de defender o papel do Tribunal Constitucional como órgão legítimo da democracia portuguesa. "Não concordamos com alguns acórdãos até hoje produzidos, mas tal não nos levou a criticar o poder judicial como outros têm feito de forma desleal, sobretudo tendo em conta as responsabilidades políticas que têm ou tiveram no País. E ainda mais criticável foi algumas instâncias internacionais terem alinhado em críticas concludentes".

Apelo ao Governo

Antes de concluir, o líder da UGT deixou uma mensagem de esperança: "A nossa luta é por um futuro melhor, que cada vez se afigura mais distante. Mas se o cenário é de manifestações e de greves, quero reafirmar que manteremos o nosso espírito de diálogo na procura de soluções para o nosso País, seja com o Governo, seja com os parceiros sociais".

E a Pedro Mota Soares lançou um apelo: "Faça funcionar a CPCS. O País precisa de uma concertação social forte, ágil, porque as soluções nunca estão só de um lado." ■

União sindical ibérica

Os sindicatos de Portugal e Espanha estão unidos, garante Candido Mendez, secretário-geral da UGT-Espanha



Febase - Os despedimentos no setor bancário que estão a acontecer em Portugal também têm sucedido em Espanha, nomeadamente nas Cajas de Aforro. Qual a dimensão do problema?

Candido Mendez - Em Espanha, e é a própria Comissão Europeia a reconhecer, com o desaparecimento das Cajas de Aforro desapareceu a figura do bancário tradicional. A liquidação das Cajas de Aforro

teve como grande consequência a perda de muitos postos de trabalho e criou aquilo que se chama a exclusão financeira, onde muitas pessoas, principalmente em províncias pequenas, não conseguem aceder aos serviços financeiros. É um problema do presente e do futuro, porque os problemas de financiamento de crédito às famílias e às pequenas empresas são muito difíceis de resolver.

Plano Marshall para a Europa Investir para crescer

Os sindicatos europeus querem um investimento de 260 mil milhões de euros por ano, cerca de 2% do PIB da UE. O objetivo é pôr a Europa a crescer de forma sustentável, promovendo um futuro mais social, próspero... e com emprego

O futuro da Europa foi o mote para a conferência "Um Plano Marshall para a Europa. Desafio ou utopia?", realizada no âmbito das comemorações do 35.º aniversário da UGT. O painel de oradores foi composto por Claus Matecki, secretário-executivo da Federação Alemã de Sindicatos (DGB), Candido Mendez, secretário-geral da UGT Espanha, Bernadette Ségol, secretária-geral da CES, Oliver Roethig, secretário regional da UNI Europa e Pedro Roque, ex-Secretário de Estado do Emprego. A moderação esteve a cargo de Rui Riso, vice-presidente da UGT.

Coube a Claus Matecki a apresentação deste Plano Marshall para a Europa. O

secretário-executivo da DGB explicou que a ideia nasceu da necessidade de a Europa se reorganizar e mobilizar forças tendo em vista um futuro melhor, mais social e mais próspero.

Para Matecki, a culpa da atual situação de crise na zona euro deve-se à insistência nas medidas de austeridade, que provocou uma recessão. "O sistema usado até agora foi um fracasso, com consequências para as pessoas e especialmente para os mais jovens. A política europeia tem de mudar antes que seja tarde demais".

Plano para 10 anos

Mas no que consiste, afinal, o Plano Marshall? Claus Matecki afirma que esta proposta implica investimentos na produção de energia sustentável, na redução do consumo energético, em indústrias e serviços sustentáveis, na educação e na formação profissional, na investigação e no desenvolvimento, na eficiência das administrações públicas, entre outros pressupostos.

A evolução conjuntural e o potencial de crescimento estão, segundo Matecki, interligados. "O que está em causa é uma estratégia política que tenha em conta as duas vertentes. O Plano Marshall para a Europa é concebido como programa de investimento e de desenvolvimento, traçado para um prazo de 10 anos".

Ao todo, o investimento total de uma proposta desta envergadura, a nível de toda a Europa, ascende a 260 mil milhões de euros anuais, pouco mais do que 2% do PIB. No entanto, "um programa de investimento ambicioso não poderá ser empreendido por um único país, especialmente quando há países em grave situação financeira. Por esta razão, é necessário um trabalho conjunto e novas instituições europeias com fontes de financiamento estáveis e sólidas", afirma Claus Matecki acrescentando que, em 2011, a DGB apresentou uma proposta tendo em vista a criação de um Fundo Europeu de Sustentabilidade, com o objetivo de financiar, em cooperação com os Estados-membros, investimentos em toda a Europa.

Com a emissão de obrigações, às quais vencem juros, os investidores dispõem de hipóteses seguras de investimento enquanto a União Europeia garante financiamento. Claus Matecki explica ainda

que "os compromissos referentes aos juros seriam financiados por receitas provenientes de um imposto sobre as transações financeiras".

O secretário-executivo da DGB não terminou a sua intervenção sem explicar os grandes objetivos deste plano: um crescimento qualitativo que permita à Europa tornar-se perfeitamente sustentável, com mais emprego e perspectivas de futuro.

Oradores aprovam estratégia

Instados a comentar o plano apresentado por Claus Matecki, os oradores convidados para esta conferência foram unânimes em afirmar que o futuro da Europa passa pela aplicação de muitas das medidas nele contidas.

Em relação ao plano, Candido Mendez, secretário-geral da UGT Espanha, afirmou que o investimento de 260 mil milhões de euros pode ser um problema para alguns, mas fez questão de recordar que "entre 2008 e 2012 foram investidos, na Europa, 5 biliões de euros para ajudar instituições financeiras [...] e agora que chegou o momento de devolver a dignidade às pessoas não há dinheiro".

A secretária-geral da CES também vê com bons olhos a chegada deste plano. Bernadette Ségol afirma que as políticas para a Europa têm de ser diferentes das praticadas até aqui. "Precisamos de uma voz que diga basta. Esta proposta é muito bem-vinda porque realça a importância do que podemos fazer para o crescimento e emprego".

Ségol adverte para o facto do ambiente político não ser favorável a estas medidas, mas "estamos a provar que [este plano] é uma alternativa credível". Apesar de considerar "assustador" o valor de 260 mil milhões, Bernadette Ségol realça a importância de uma solidariedade económica que é urgente.

Europa antisindicalista

Quem também marcou presença nesta conferência foi Oliver Roethig, que assumiu uma postura muito dura em relação à Comissão Europeia, com Durão Barroso no centro das críticas. "Está a desafiar os sindicatos para ver se estes estão dispostos a lutar pelos seus direitos ou se vão ceder a nível nacional e europeu. [...] Queremos uma nova Europa, social, para o século XXI. E o que temos visto sair da Comissão Europeia é precisamente o contrário. Estão a trabalhar no sentido de uma Europa que seja antieuropeia, antisocial, antidemocrática e antisindicalista". O secretário regional da UNI Europa ►

P - Num momento de ataque aos direitos dos trabalhadores tem-se a percepção de que os sindicatos de Portugal e Espanha estão menos unidos. É verdade?

R - Não, estamos muito unidos. O ano passado, no dia 14 de novembro, coincidimos numa greve geral. Existe uma relação estável entre os sindicatos de Portugal e Espanha, organizamos periodicamente reuniões e conferências sindicais luso-espanholas e temos também uma relação muito estreita através dos comités sindicais internacionais.

P - Os trabalhadores estão a afastar-se dos sindicatos?

R - Em Espanha, a filiação de trabalhadores nos sindicatos cresceu até 2011. A partir de 2011 e como consequência dos despedimentos, temos assistido a um decréscimo. O valor das quotas também é menor, porque há muitos trabalhadores que não conseguem pagar a quota completa e, dessa forma, passam a pagar uma quota de 30%, que instituímos. Mas, logicamente, os despedimentos e a queda nos salários têm afetado as organizações sindicais.

► alertou também para o facto de as políticas da troika estarem a fazer sucumbir os direitos dos trabalhadores e a colocar em causa a promoção do diálogo social.

Para Roethig, o Plano Marshall não devia ser uma utopia mas simplesmente um desafio, afirmando que o seu conteúdo está correto.

Alemanha no centro do problema

A última intervenção pertenceu a Pedro Roque, ex-Secretário de Estado do Emprego, que estabeleceu o paralelismo

com o Plano Marshall original do pós-II Guerra Mundial. "Não deixa de ser curioso que o Plano Marshall nasceu no seio de uma Europa devastada, mas a partir do seu núcleo que era a questão alemã. E não é por acaso que a Alemanha continua a estar no centro do problema que estamos a discutir e também não deixa de ser curioso que esta proposta seja apresentada pela central sindical alemã".

O também ex-secretário-geral adjunto da UGT referiu que são os "egoísmos nacionais, os interesses dos Estados-membros, que prevalecem sobre o ideal de um projeto europeu que é de corespon-

sabilidade mas também de solidariedade". Roque afirmou ainda que o Plano Marshall apresentado pela DGB pode ser utópico, mas ao mesmo tempo "tem o mérito de ser um plano coerente, estruturado e estratégico, uma nova visão para a Europa".

Um plano destes, na opinião de Pedro Roque, terá de contar com a solidariedade entre os países desenvolvidos do Norte da Europa e os países periféricos do Sul. Além disso, "tem de haver um esforço de rigor nas contas públicas, mas a perspectiva estratégica do crescimento não pode estar afastada", terminou. ■

"Sindicatos europeus têm de ser a voz dos trabalhadores"



Bernadette Ségol, secretária-geral da CES, falou sobre os constantes ataques aos trabalhadores e mostrou-se confiante numa união sindical entre todos os países-membros

Febase - Quais as expectativas da CES sobre a entrada do SPD no Governo alemão?

Bernadette Ségol - Precisamos de novas políticas e espero que, se o SPD entrar no governo, algumas das exigências básicas dos sindicatos alemães sejam atendidas.

P - Como vê a questão da dívida em Portugal?

R - A dívida tem de descer, não só por nós mas também pelas gerações futuras. Mas para o défice recuar são precisas políticas de investimento e crescimento e suavizar as medidas de austeridade. É difícil mas tem de ser feito.

P - E se Portugal sofrer um segundo resgate financeiro?

R - Será o sinal de que as políticas que têm sido postas em prática falharam. Foi-nos dito que se tivermos austeridade sairemos dos problemas. Se não for verdade então só mostra que tínhamos razão.

P - Numa altura de forte ataque à classe trabalhadora, é possível uma união sindical europeia?

R - Temos feito muitos progressos com vista a esse objetivo. É difícil porque temos países e histórias diferentes. Pedimos um pacto social para a Europa, estamos a trabalhar num plano comum de investimento, e se compararmos com o que estava feito há 20 ou 30 anos demos um enorme passo. Mas ainda há muito para fazer.

P - Assiste-se a uma estratégia ideológica de baixar os salários, retirar direitos aos trabalhadores e destruir o Estado-providência. Qual o papel dos sindicatos europeus no combate a esta estratégia?

R - Os sindicatos europeus têm de ser a voz dos trabalhadores e lutar contra essa ideologia, que afirma que os trabalhadores devem ser flexíveis e que os salários são altos. Temos feito isso e continuaremos a fazê-lo ao mesmo tempo que procuramos encontrar as soluções que nos parecem adequadas.

P - Num momento de escassez de trabalho e excesso da mão-de-obra, em que os países concorrem por investimento e os trabalhadores por trabalho, que espaço sobra ao movimento sindical?

R - Penso que o movimento sindical nunca foi tão importante como agora porque não podemos falar em competitividade se as condições dos trabalhadores se

forem degradando cada vez mais. Os sindicatos estão presentes para dizer aos trabalhadores que devem lutar, não entre si mas por melhores condições. Vivemos um período em que a única palavra que parece existir é competir. E nós dizemos: competir sim, mas não à custa dos direitos fundamentais dos trabalhadores.

P - Que balanço faz da atuação desta Comissão Europeia no que diz respeito aos trabalhadores?

R - A Comissão Europeia tem seguido políticas com as quais não concordamos, já que não produziu propostas de carácter social e tem sido muito tímida a promover uma Europa mais democrática. Tudo isso tem de mudar.

P - A falta de trabalhadores sindicalizados afeta os sindicatos, devido ao desemprego e à falta de confiança dos trabalhadores. Como vê o futuro do movimento sindical europeu?

R - O movimento sindical europeu está a atravessar um período bastante complicado, porque as pessoas estão desempregadas. Temos de ter consciência de que os sindicatos são parte integrante do processo democrático e é preciso sermos claros para as gerações futuras de que os problemas dificilmente serão resolvidos individualmente, é coletivamente que as soluções podem ser encontradas. É difícil porque nos últimos anos tem prevalecido outro tipo de ideologia mas temos de continuar a lutar.

P - Acha que é possível reverter este ataque aos direitos dos trabalhadores?

R - Claro! Se não acreditasse nisso não faria o que faço. Penso que é possível. Têm de ser feitos alguns ajustes mas temos de enfrentar um futuro onde, com certeza, teremos lugar. ■

Proposta do Governo

Cortes remuneratórios no setor financeiro

Se o Orçamento do Estado para 2014 for aprovado sem alterações, os trabalhadores do setor financeiro que laboram em empresas do setor empresarial do Estado e em institutos públicos verão uma redução nos seus vencimentos



A proposta de OE 2014 foi aprovada na generalidade pelos deputados da maioria, decorrendo a discussão na especialidade

Os cortes previstos no Orçamento do Estado (OE 2014) também vão afetar os trabalhadores do setor financeiro que pertencem a empresas do setor empresarial do Estado (com capital exclusiva ou maioritariamente público) ou a institutos públicos.

Encontram-se nesta situação os trabalhadores da CGD, da Parvalorem, BPN Crédito, Banco de Portugal, IFAP, IHRU, IGCT, ISP, das seguradoras do grupo CGD, ITP e do ex-IFADAP.

Até aos 600€ de salário não estão previstos cortes. A partir desse valor, as reduções decorrentes do OE são as seguintes: de 600€ a 2.000€ será aplicada uma taxa progressiva, que varia entre 2,5% e 12% sobre o valor total da remuneração (nunca podendo resultar menos de 600€); em vencimentos superiores a 2.000€ o corte é de 12% sobre o total.

Na remuneração total ilíquida mensal está incluída toda e qualquer prestação pecuniária, com exceção de subsídio de alimentação, ajudas de custos, despesas de deslocação e valores com a natureza de prestação social.

Acresce que é mantida a contribuição extraordinária de solidariedade (CES) e a sobretaxa em sede de IRS, já previstas na Lei do OE para 2013.

Subsídios

No que diz respeito ao subsídio de refeição, o valor fixado para a Administração Pública passa a ser imperativo para estes trabalhadores, prevalecendo sobre os instrumentos de regulamentação coletiva aplicáveis. Prevê-se, po-

rém, a possibilidade de manutenção de valores superiores, mas que não serão objeto de atualização até atingirem o valor da Administração Pública.

Em 2014 o subsídio de Natal será pago em duodécimos, bem como o subsídio de Natal ou montante adicional equivalente dos aposentados e reformados da CGA e da Segurança Social.

Promoções e prémios

Todas as "valorizações remuneratórias" são proibidas no próximo ano. É o caso das alterações de posicionamento remuneratório, progressões na carreira, atribuição de prémios de desempenho ou outras prestações pecuniárias de natureza afim, estando também vedadas as promoções.

Do mesmo modo, não será contado o tempo de serviço prestado em 2013 para efeitos de promoção e progressão ou mudanças de posição remuneratória ou categoria que dependam do simples decurso do tempo.

Trabalho extraordinário

Em 2014, o trabalho extraordinário prestado neste universo de trabalhadores por aqueles cujo período normal de trabalho não exceda 7 horas por dia e 35 horas por semana passa a ter os seguintes valores: 12,5% na primeira hora e 18,75% nas seguintes se for prestado em dia normal de trabalho; 25% se

prestado em dia de descanso semanal obrigatório ou complementar e em dia feriado.

O regime fixado para o trabalho suplementar tem também natureza imperativa, prevalecendo sobre quaisquer outras normas, especiais ou excecionais, em contrário e sobre instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho e contratos de trabalho, não podendo ser afastado ou modificado pelos mesmos.

Doença e desemprego

A proposta de OE 2014 prevê ainda que sobre as prestações relativas a subsídios de doença (de duração igual ou superior a 30 dias) e desemprego passa a incidir uma contribuição de 5% e 6%, respetivamente.

Relativamente ao montante do subsídio de desemprego, o mesmo é majorado em 10% no caso de agregados monoparentais ou no caso de no mesmo agregado ambos os cônjuges ou pessoas que vivam em união de facto que sejam titulares desse subsídio e tenham filhos ou equiparados a seu cargo.

Por fim, as pensões de sobrevivência a atribuir a partir de 1 de janeiro, pela CGA e pela CNP, passam a ter uma taxa de formação específica em função do valor global (corresponde à soma de todas as pensões que sejam pagas ao mesmo titular). ■



Rendibilidade do fundo foi de quase 10%

Textos: **Inês F. Neto**

No final de 2012, o valor da carteira de ativos do Fundo de Pensões ascendia a 43.362 mil euros. O nível de financiamento era de 138,3%, cumprindo o rácio mínimo exigido pelo Banco de Portugal

A Comissão de Acompanhamento do Fundo de Pensões do Banco Credibom reuniu-se em 25 de março, tendo por objetivo a análise da documentação disponibilizada, nomeadamente do Relatório Atuarial de 2012 elaborado pelo atuário responsável. Da Comissão faz parte e esteve presente, em representação dos Sindicatos da Febase, Rui Riso. A assessoria técnica dos Sindicatos foi assegurada pela Cap-sicalculus, liderada pelo Prof. Pereira da Silva.

O Credibom tem para os seus trabalhadores um plano de pensões de benefício definido, financiado por duas adesões coletivas ao fundo de pensões aberto Espírito Santo Multireforma, que se distinguem pela elegibilidade e cobertura.

A Adesão Coletiva n.º 29 inclui os trabalhadores admitidos até 31 de dezembro de 2008, garantindo os benefícios previstos no ACT acrescidos de um montante em caso de reforma por velhice relativo a complementos remunerativos; e a Adesão Coletiva n.º 30, abrange os trabalhadores do quadro até 31 de dezembro de 2005. Garante o benefício de velhice previsto no ACT, associado a complementos remunerativos.

Recorde-se que os trabalhadores foram integrados no regime geral da Segurança Social. O banco mantém a responsabilidade de proteção nas eventualidades de doença, invalidez e morte, bem como o SAMS, sendo o pagamento da pensão de reforma por velhice repartido entre a instituição e o Centro Nacional de Pensões.

O associado não efetuou nenhuma contribuição em 2012, enquanto os participantes contribuíram para o financiamento do fundo com 255 milhares de euros. Apesar disso, o nível de financiamento é de 138,3%, cumprindo o rácio mínimo de financiamento, de acordo com o Aviso 4/2005 do BdP.

Relativamente a 2011, o valor das responsabilidades aumentou 20,6%, resultante dos desvios entre o real e o esperado causado pela diminuição da taxa de desconto – de 5,75% para 4,53% em 2012. Assim, o valor do fundo de pensões alocado é de 43.362 milhares de euros face ao montante de 31.358 milhares de euros de responsabilidades com serviços passados.

A taxa de rendibilidade do fundo aberto foi de 9,79% em 2012. Os assessores da Febase consideram que a política geral de investimentos garante uma adequada relação entre ativos financeiros de cobertura e responsabilidades atuariais do fundo de pensões, mas aconselham um acompanhamento permanente face à volatilidade dos mercados financeiros. ■

Pensionistas

	Número	Idade média	Pensão média anual (€)	Total pensões anuais
Velhice	4	66,1	25.913	103.650
Invalidez	3	51,7	14.891	44.672
Viuvez	2	46,7	17.700	35.400
Orfandade	3	14,2	8.109	24.328
Total	12	45	16.653	208.050

Ativos

	Número	Idade média	Antiguidade média	Salário médio anual (€)	Massa salarial anual (€)
Total (< 65 anos)	298	38,5	11,6	25.746	7.672.209

Outras situações

	Número	Idade média	Sal. M. anual Pensão M. anual (€)	Massa salarial anual Total pensões anuais (€)
Ex-trabalhadores c/ direitos adq.	74	42,3	28.732	2.126.197
Reformas antecipadas	7	53,80	17.230	120.612

Responsabilidades do Fundo

	Valor (milhares euros)	variação (%)
Ativos	28.092	89,6
Pensionistas	3.266	10,6
Total	31.3581	100

Composição da carteira de títulos

	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Obrigações	63,2%	65,9%	68,9%	–	68,7%	52,3%
Imobiliário	6,1%	6,2%	5,1%	–	3,8%	3,9%
Investimentos alternativos	10,50%	1,80%	6,62%	–	5,1%	9,4%
Ações	12,3%	12,6%	17,1%	–	21,9%	27,2%
Liquidez	7,90%	13,50%	2,32%	–	0,5%	7,1%
Total	100%	100%	100%	–	100%	100%

Conferência Febase**Debater o futuro do sindicalismo**

Um gestor, um académico e uma jornalista debatem "Que rumos para o sindicalismo". É na próxima conferência Febase, que se realiza dia 26, em Lisboa

TEXTO: **ELSA ANDRADE**



Tema candente para os trabalhadores e suas organizações, o futuro do sindicalismo estará em debate em mais uma conferência da Febase, que junta três perspetivas em confronto: a empresarial, abordada por José António de Sousa, CEO da Liberty Seguros; a da sociedade, através de uma das mais conhecidas jornalistas e opinion makers da atualidade, Helena Garrido, diretora-adjunta do Jornal de Negócios; e a teórica, trazida por Alan Stoleroff, professor do ISCTE com uma longa carreira de investigação dedicada ao sindicalismo – tem, nomeadamente, um estudo sobre sindicalização na banca, "As maiores organizações sindicais em Portugal: um quarto de século de evolução". Carlos Marques, vice-secretário-geral da Febase, será o moderador.

A Federação prossegue assim o objetivo de dinamizar a discussão pública de questões pertinentes para o setor financeiro e para o País, permitindo aos trabalhadores e cidadãos o acesso a informação e a perspetivas inovadoras e enriquecedoras.

Trabalho em transformação

Os modelos de organização do trabalho têm sofrido profundas alterações, acompanhando (ou adaptando-se) às sucessivas variáveis de ordem político-ideológica, económica e social.

A terciarização, o desenvolvimento tecnológico, a automatização dos processos de produção e a globalização trouxeram uma nova fase de organização do trabalho, mais fragmentada e com maior rotação de tarefas e, sobretudo, centrada na flexibilização quanti-

tativa e qualitativa da mão-de-obra – com uma consequente redução dos níveis de emprego e aumento do desemprego, bem como o aumento de formas atípicas de emprego.

Com o acentuar da crise económica mundial, o encerramento de empresas e o aumento do desemprego, a proliferação de formas atípicas de trabalho, caracterizadas pela precariedade e flexibilidade (contratos a termo, trabalho a tempo parcial, trabalho temporário e domiciliário, prestação de serviços), atinge já trabalhadores com níveis académicos e de qualificação superiores. A passagem de situações de emprego estável para empregos precários e pouco qualificados está a afetar um número crescente de trabalhadores e a ter reflexos nos salários e nas condições de trabalho.

Nestas condições, está a perder-se a centralidade do trabalho. As normas do Direito do Trabalho são cada vez menos protetoras dos assalariados e os governos, na tentativa de captar investimento estrangeiro, restringem direitos laborais e regalias sociais.

Constrangimentos

As alterações nas formas de organização do trabalho e a crise do emprego acarretaram dificuldades acrescidas à ação coletiva desenvolvida pelos sindicatos.

As dificuldades que se colocam ao nível da negociação coletiva aumentam na proporção direta da crescente globalização e da individualização das relações de trabalho.

E se muitos dos condicionalismos do sindicalismo resultam de fatores económicos nacionais e internacionais,

outros há que são inerentes à sua própria condição.

Vários autores salientam as dificuldades de adaptação dos sindicatos às novas realidades, o que se reflete na dificuldade de representar as margens mais desprotegidas do mundo laboral.

Apesar deste quadro sombrio, outros autores apontam novas respostas que estão a ser dadas pelos sindicatos, ao constatarem que num contexto de globalização não podem funcionar isoladamente. Sendo os sindicatos atores estratégicos, devem procurar reforçar a sua influência na sociedade.

Estas e outras questões serão abordadas na conferência. ■

Informações úteis

Conferência Febase: "Que Rumos para o sindicalismo"

Data: 26 de novembro, das 17h00 às 19h30

Local: Goethe-Institut Portugal (Campo dos Mártires da Pátria, 37, Lisboa)

Oradores: José António de Sousa (CEO da Liberty Seguros), Alan Stoleroff (Professor no ISCTE-IUL), Helena Garrido (diretora-adjunta do Jornal de Negócios)

Moderador: Carlos Marques, vice-secretário-geral da FEBASE

Inscrições e Informações:

mail: febase@febase.pt;

tel: 213 216 089/87.

Inscrições até ao dia 22/11

Acórdão sobre alteração ao Código do Trabalho

Constitucional chumba despedimentos "seletivos"...

Um ano depois da aprovação da lei que veio alterar o Código do Trabalho, o Tribunal Constitucional pronunciou-se pela inconstitucionalidade de algumas normas. A nova redação sobre extinção do posto de trabalho e despedimento por inadaptção foi chumbada, retomando-se os critérios anteriormente em vigor

Textos: **JOSÉ FREDERICO NOGUEIRA***



O empregador deve integrar o trabalhador em posto de trabalho alternativo

No dia 20 de setembro foi conhecida a decisão do Tribunal Constitucional (Acórdão n.º 602/2013 de 20/09) que declarou inconstitucionais, com força obrigatória geral, normas que regulamentavam aspetos importantes das relações de trabalho, quando muitos teriam esquecido que se encontrava em apreciação a conformidade constitucional da Lei n.º 23/2012, de 25 de junho que procedera à alteração do Código do Trabalho.

A surpresa e a mediatização do Acórdão provocaram expectativas que importa esclarecer. Assim, o âmbito da declaração de inconstitucionalidade é bem mais restrito do que aquele que muitos pensavam, ou que lobrigaram nas notícias a que tiveram acesso.

A requerimento de um grupo de 24 deputados à Assembleia da República, e ao abrigo do disposto no artigo 281.º, n.º 2, alínea f), da Constituição da República Portuguesa, foi pedida a declaração de inconstitucionalidade, com força obrigatória geral, das normas contidas no Código do Trabalho, na redação dada pela Lei n.º 23/2012, de 25 de junho, e que procedia à terceira alteração ao Código do Trabalho.

No concreto foi suscitada a declaração de inconstitucionalidade dos Art.º 208.º-A, (banco de horas individual) e Art.º 208.º-B

(banco de horas grupal); Art.º 229.º, n.ºs 1, 2 e 6 (revogados) e 7 (descanso compensatório); Art.º 234.º, n.º 1 (feriados obrigatórios); Art.º 238.º, n.ºs 3, 4 (revogado) e 6 (dias de descanso e cálculo dos dias de férias); Art.º 268.º, n.ºs 1 e 3 (pagamento de trabalho suplementar); Art.º 269.º, n.º 2 (prestações referentes a dia feriado); Art.º 368.º, n.ºs 2 e 4 (requisitos de despedimento por extinção do posto de trabalho); Art.º 375.º, n.ºs 1, alíneas b), d) (revogada) e e) (revogada), 2, 3, 4, 5, 6, 7 e 8 (despedimento por inadaptção); e o Art.º 7.º da Lei 23/2012, de 25 de junho, ("relações entre fontes de regulação" do contrato de trabalho).

Normas inconstitucionais**

Ora este Acórdão veio a pronunciar-se pela inconstitucionalidade com força obrigatória geral em apenas 6 normas, a saber:

– n.º 2 e n.º 4 do artigo 368.º do Código do Trabalho, com a redação dada pela Lei n.º 23/2012, de 25 de junho, por violação da proibição de despedimentos sem justa causa consagrada no artigo 53.º da Constituição; – n.º 2 do artigo 9.º da Lei n.º 23/2012, de 25 de junho, na parte em que procedeu à revogação da alínea d) do n.º 1 do artigo 375.º do Código do Trabalho por violação da proi-

bição de despedimentos sem justa causa consagrada no artigo 53.º da Constituição;

– n.º 2, 3 e 5 do artigo 7.º, da Lei n.º 23/2012, de 25 de junho, por violação das disposições conjugadas dos artigos 56.º, n.ºs 3 e 4, e 18.º, n.º 2, da Constituição.

Extinção do posto de trabalho

A declaração de inconstitucionalidade, com força obrigatória geral, dos n.ºs 2 e 4 do art.º 368.º do Código do Trabalho, na formulação que lhes deu da Lei n.º 23/2012 de 25 de junho, significa que a extinção do posto de trabalho volta a estar balizada por critérios tendencialmente objetivos e de adequação social, que (aliás) vigoraram entre 2009 e julho de 2012.

Com a declaração de inconstitucionalidade desta norma – e isto infere-se do texto do Acórdão do Tribunal Constitucional –, continuam a existir acrescidas dificuldades quanto à possibilidade das entidades patronais "escolherem" os trabalhadores a despedir, quando esse despedimento seja efetivado sob o manto diáfano da justificação da extinção do posto de trabalho.

No entendimento do Tribunal Constitucional, as normas do artigo 368.º, n.º 2 e n.º 4 da Lei n.º 23/2012, de 25 de junho, violam a proibição de despedimentos

sem justa causa consagrada no art.º 53.º da CRP porque "na versão anterior à Lei n.º 23/2012, a individualização do posto de trabalho a extinguir obedecia a uma previsão legal de recorte acabadamente determinado, com base numa ordem de critérios puramente objetivos (a antiguidade e a classe dentro da mesma categoria profissional), a norma impugnada "delega" no empregador a tarefa de definição de critérios que devem presidir à seleção do trabalhador a despedir, estabelecendo apenas diretrizes a observar. Com efeito, agora compete ao próprio titular do interesse no despedimento a formulação de critérios que o justificam (...). É, deste modo, manifesto que o enunciado normativo do n.º 2 do artigo 368.º não satisfaz essa exigência".

O que significa que o Tribunal Constitucional, ao declarar inconstitucional com força obrigatória geral estas normas, fê-lo por considerar que consagravam conceitos vagos e indeterminados "desprovidos de um mínimo de precisão e de eficácia", que davam à entidade empregadora a possibilidade de determinar a "relevância" dos critérios para extinção do posto de trabalho, abrindo a possibilidade de decidir o despedimento de "um certo trabalhador" abrindo as portas aos despedimentos sem justa causa "maxime" aos despedimentos arbitrários.

Normas revalidadas

Tendo em conta que esta declaração de inconstitucionalidade com força obrigatória geral se retroage à data da emissão da norma declarada inconstitucional (art.º 282 da CRP), repriam-se os critérios e a exigência dos revogados n.ºs 2 e 4 do art.º 268.º do CT, até então em vigor:

"2 - Havendo na secção ou estrutura equivalente uma pluralidade de postos de trabalho de conteúdo funcional idên-

tico, para concretização do posto de trabalho a extinguir, o empregador deve observar, por referência aos respetivos titulares, a seguinte ordem de critérios:

- a) Menor antiguidade no posto de trabalho;
 - b) Menor antiguidade na categoria profissional;
 - c) Classe inferior da mesma categoria profissional;
 - d) Menor antiguidade na empresa.
- (...)

4 - Para efeito da alínea b) do n.º 1, uma vez extinto o posto de trabalho, considera-se que a subsistência da relação de trabalho é praticamente impossível quando o empregador não disponha de outro compatível com a categoria profissional do trabalhador".

O que tem uma consequência de enorme importância: a motivação do despedimento por extinção do posto de trabalho terá sempre de evidenciar que a entidade patronal obedeceu a estes critérios e à exigência prevista no n.º 4, sob pena de se isso se não verificar determinar a ilicitude do despedimento por força do disposto no art.º 384.º do CT com as consequências previstas nos art.ºs 389.º e seguintes do mesmo diploma (reintegração no posto de trabalho ou/e indemnização).

Despedimento por inadaptação

Uma outra questão que o TC declarou inconstitucional com força obrigatória geral respeita ao despedimento por inadaptação e refere-se à parte em que a Lei n.º 23/2012, de 25 de junho procedeu à revogação das alíneas d) e e) do n.º 1 do artigo 375.º do CT até então em vigor.

As alterações introduzidas pela Lei n.º 23/2012 no citado artigo 375.º traduziram-se no seguinte:

- No âmbito do regime geral passaram a existir dois tipos de despedimento por

inadaptação: um correspondente à situação tradicional, em que a inadaptação ocorre depois de terem sido introduzidas modificações no posto de trabalho, resultantes de alterações nos processos de fabrico ou de comercialização, de novas tecnologias ou equipamentos (n.º 1 do artigo 375.º); e um novo tipo de inadaptação no qual, independentemente de terem ocorrido alterações no posto de trabalho, há uma modificação substancial da prestação do trabalhador, nomeadamente, uma redução continuada de produtividade ou de qualidade (n.º 2 do artigo 375.º);

- Foram eliminados, como requisitos do despedimento por inadaptação subsequente a modificações no posto de trabalho, a inexistência de posto de trabalho disponível e compatível com a qualificação profissional do trabalhador e a exigência de que a situação de inadaptação não decorra de falta de condições de segurança e saúde no trabalho imputável ao empregador (revogação das alíneas d) e e) do n.º 1 do artigo 375.º, operada pelo artigo 9.º, n.º 2, da Lei n.º 23/2012).

Está em causa, portanto, a conformidade constitucional da revogação das alíneas d) e e) do n.º 1 do artigo 375.º, operada pelo n.º 2 do artigo 9.º da Lei n.º 23/2012.

Refere o Acórdão do TC "a citada alínea d) prescrevia, como requisito do despedimento, que não existisse na empresa outro posto de trabalho disponível e compatível com a qualificação profissional do trabalhador. Essa exigência estava ligada ao requisito da impossibilidade prática da subsistência da relação de trabalho, que continua a constar da parte final do n.º 1 do artigo 374.º do Código do Trabalho. O novo regime, ao deixar de relacionar a impossibilidade com a inexistência de posto compatível, parece significar que a impossibilidade será aferida apenas em função da quebra de atividade do trabalhador e da sua justificação de subsistência na empresa".

E continua: "A impossibilidade de subsistência da relação de trabalho, a que se refere a parte final dos n.ºs 1 e 2 [do artigo 374.º], numa interpretação sistemática, tem agora de ser entendida de modo diverso. No regime anterior a 2012 poder-se-ia entender que a impossibilidade deveria ser vista no sentido prescrito no n.º 4 do artigo 368.º, do CT; ou seja, como inviabilidade de o empregador manter aquele trabalhador inadaptado, para o qual não tinha posto de trabalho compatível (artigo 375.º, n.º 1, alínea d), do CT). Mas no novo regime (2012) deixa de fazer sentido relacionar a impossibilidade com a inexistência de posto compatível, pelo ►



Entidades patronais continuam a ter dificuldade em "escolher" os trabalhadores a despedir

► que deve ser aferida em função da quebra de atividade do trabalhador e da sua justificação de subsistência na empresa".

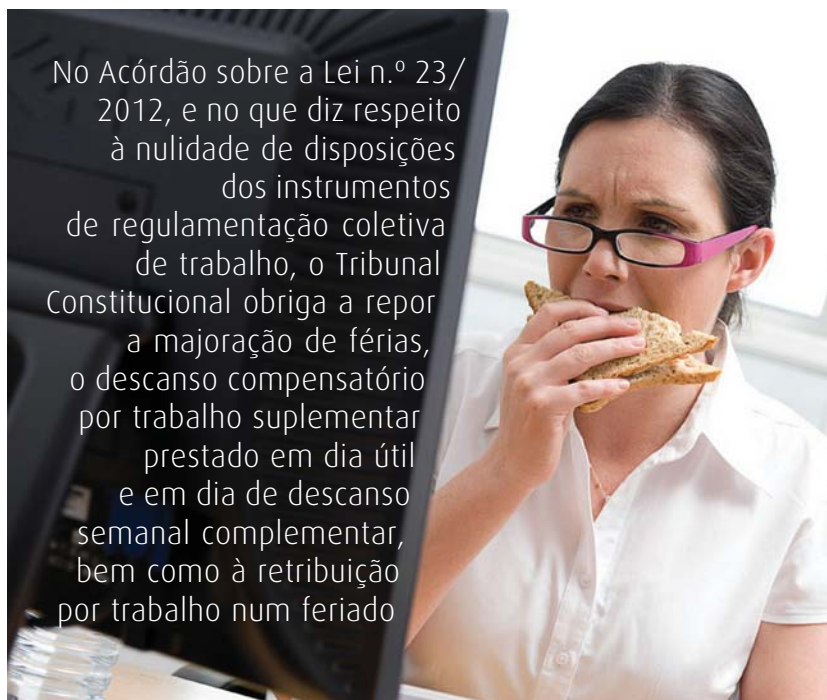
Integração em posto alternativo

Face a esta consideração, salienta o Acórdão do TC, "as razões que conduziram ao juízo de inconstitucionalidade, a propósito de idêntica supressão no âmbito do regime do despedimento por extinção de posto de trabalho, são aqui inteiramente aplicáveis, pelo que sobre

a norma agora em análise deve recair idêntico juízo de inconstitucionalidade. Como então se referiu, o despedimento por causas objetivas deve ser configurado como ultima ratio, o que não é compatível com a dispensa do dever de integrar o trabalhador em posto de trabalho alternativo, quando este exista. A mesma exigência pode extrair-se do princípio da proporcionalidade, na vertente da proibição do excesso. No âmbito da modalidade de despedimento por justa causa objetiva, agora em apreço,

impõe-se igualmente o cumprimento destes princípios, não se permitindo que o trabalhador inadaptado a um determinado posto de trabalho que sofreu modificações, seja despedido quando haja outro posto de trabalho disponível e compatível com a sua qualificação e aptidão profissional. A revogação do preceito em análise é, em razão do exposto, inconstitucional, uma vez que viola a proibição de despedimentos sem justa causa consagrada no artigo 53.º da Constituição". ■

... E obriga à reposição do descanso compensatório



No Acórdão n.º 602/2013 de 20/09, o Tribunal Constitucional aprecia a conformidade constitucional da Lei n.º 23/2012, de 25 de junho, que procedera à alteração do Código do Trabalho.

A terceira e última questão sobre a qual o formulou um juízo de inconstitucionalidade prende-se com as questões referentes às "relações entre fontes de regulação" e no concreto quanto às normas do artigo 7.º da Lei n.º 23/2012, de 25 de junho (que procedera à alteração do Código do Trabalho) que se passam a transcrever:

1 - São nulas as disposições de instrumentos de regulamentação coletiva de

trabalho celebrados antes da entrada em vigor da presente lei que prevejam montantes superiores aos resultantes do Código do Trabalho relativas a:

a) Compensação por despedimento coletivo ou de que decorra a aplicação desta, estabelecidas no Código do Trabalho;

b) Valores e critérios de definição de compensação por cessação de contrato de trabalho estabelecidos no artigo anterior.

2 - São nulas as disposições de instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho e as cláusulas de contratos de trabalho celebrados antes da entrada em vigor da presente lei que disponham so-

bre descanso compensatório por trabalho suplementar prestado em dia útil, em dia de descanso semanal complementar ou em feriado.

3 - As majorações ao período anual de férias estabelecidas em disposições de instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho ou cláusulas de contratos de trabalho posteriores a 1 de dezembro de 2003 e anteriores à entrada em vigor da presente lei são reduzidas em montante equivalente até três dias.

4 - Ficam suspensas durante dois anos, a contar da entrada em vigor da presente lei, as disposições de instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho e as cláusulas de contratos de trabalho que disponham sobre:

a) Acréscimos de pagamento de trabalho suplementar superiores aos estabelecidos pelo Código do Trabalho;

b) Retribuição do trabalho normal prestado em dia feriado, ou descanso compensatório por essa mesma prestação, em empresa não obrigada a suspender o funcionamento nesse dia.

5 - Decorrido o prazo de dois anos referido no número anterior sem que as referidas disposições ou cláusulas tenham sido alteradas, os montantes por elas previstos são reduzidos para metade, não podendo, porém, ser inferiores aos estabelecidos pelo Código do Trabalho".

Inconstitucionalidade pedida...

Em defesa da inconstitucionalidade deste art.º 7.º argumentava-se tratar-se de uma ilícita intromissão em matéria que integra a reserva constitucional de contra-

tação coletiva (cfr. o artigo 56.º, n.ºs 3 e 4, da Constituição), isto é, uma intromissão em matérias sobre as quais o legislador não pode dispor, por integrarem o núcleo do direito de contratação coletiva, que é um direito fundamental dos trabalhadores, cujo exercício está cometido às associações sindicais, sendo que a revogação de cláusulas de contratação coletiva por lei imperativa constituiria uma limitação da liberdade negocial e, por isso, uma restrição do direito fundamental de contratação coletiva, razão pela qual teria de obedecer aos princípios da proporcionalidade, adequação e necessidade, em conformidade com o artigo 18.º, n.º 2, da CRP.

E acrescentava-se: "Não estando demonstrado que esta restrição seja necessária para a realização dos objetivos de contenção orçamental ou para o aumento da competitividade das empresas, como não está provado que não existam meios, menos lesivos do bem jurídico tutelado, para atingir os fins pretendidos concluir-se-ia, assim, que a revogação definitiva destas cláusulas convencionais representa claramente um excesso, não proporcional ao fim a alcançar".

E concluíam que a norma em apreço, ao declarar nulas ou reduzir as condições de trabalho validamente acordadas nas convenções coletivas em vigor, violaria o artigo 2.º da CRP, na medida em que atenta contra o princípio da proteção da confiança resultante da tutela da segurança jurídica, ambas inseparáveis na realização do princípio do Estado de Direito democrático.

... não convence TC

Ponderando esta argumentação, o TC circunscreveu a questão de constitucionalidade à de saber se o artigo 7.º da Lei n.º 23/2012, de 25 de junho, interfere ou não, com o espaço que o legislador deva deixar aberto à contratação coletiva, ou seja, se afeta o "conjunto minimamente significativo de matérias" que a lei tem que deixar aberto à negociação coletiva. Apreciando, simultaneamente, se tal intromissão salvaguarda a segurança jurídica e a proteção da confiança decorrente do princípio do Estado de Direito insito no artigo 2.º da Constituição, uma vez que mediante aquele preceito o legislador pretende "modificar as condições de trabalho validamente acordadas no âmbito de convenções coletivas em vigor".

E, em termos gerais, concluiu que os n.ºs 1 e 4 deste art.º 7.º da Lei n.º 23/2012 de 25 de junho, apesar de restringirem o direito à contratação coletiva, atentos os motivos justificativos e a não supressão total do exercício da autonomia coletiva, respeitam os limites impostos às leis

restritivas de direitos, liberdades e garantias pelo art.º 18.º n.ºs 2 e 3 da CRP, pelo que não poderiam ser considerados inconstitucionais.

Descanso compensatório e dias de férias

Pelo contrário e, no que respeita aos n.ºs 2, 3 e 5 do mesmo art.º 7.º, o Tribunal Constitucional veio a considerá-las inconstitucionais, por violarem as disposições conjugadas dos artigos 56.º, n.ºs 3 e 4, e 18.º, n.º 2, da Constituição, com os fundamentos que se passam a transcrever:

"Sucede que a "barreira" contra os resultados da negociação coletiva passada – a sua desconsideração para o futuro – conjugada com esta abertura relativamente aos novos IRCT, para mais em domínios claramente localizados no âmbito de proteção do direito de contratação coletiva mercê das conexões com os direitos dos trabalhadores ao repouso, à conciliação da atividade profissional com a vida familiar e à proteção da família previstos no artigo 59.º, n.º 1, da Constituição, torna evidente a existência de uma intervenção ablativa do legislador no âmbito de proteção do mencionado direito de contratação coletiva. Com efeito, a Lei n.º 23/2012, sem prejuízo de continuar a reconhecer tal direito com referência à matéria do descanso compensatório e das majorações de férias, vem afastar os IRCT anteriores, revogando-os nessa parte".

"Acrece que as revogações de disposições de IRCT anteriores consagradas nos n.ºs 2 e 3 do artigo 7.º da Lei n.º 23/2012 condicionam as futuras convenções coletivas que incidam sobre as mesmas matérias, já que eliminam o ponto de referência para a respetiva negociação e celebração".

"Com efeito, segundo o artigo 503.º do Código do Trabalho, a mera sucessão de convenções não pode ser invocada para diminuir o nível de proteção global dos trabalhadores" (n.º 2) e "os direitos decorrentes de convenção só podem ser reduzidos por nova convenção de cujo texto conste, em termos expressos, o seu caráter globalmente mais favorável" (n.º 3).

"Existe, por conseguinte, uma modelação legal do direito de contratação coletiva nos domínios materiais a que se aplicam os n.ºs 2 e 3 do artigo 7.º da Lei n.º 23/2012 que objetivamente consubstancia uma restrição do mesmo: aquilo que foi livremente convencionalizado por trabalhadores e empregadores antes da entrada em vigor daquela Lei no tocante ao descanso compensatório por trabalho suplementar prestado em dia útil, em dia de descanso semanal complementar ou em feriado e às majorações de três dias ao

período anual de férias deixa de valer, devendo a negociação de novas convenções coletivas sobre tais matérias e a respetiva celebração desconsiderar o patamar de realização anteriormente alcançado em sede de contratação coletiva".

(...) "A solução legal revela-se, desde logo, inidónea para atingir o fim prosseguido de uma padronização dos regimes convencionais aplicáveis na expectativa de conseguir a diminuição dos custos associados ao fator trabalho, uma vez que os trabalhadores e empregadores não estão impedidos de, mediante a celebração de novas convenções coletivas, voltarem a convencionar soluções exatamente iguais (ou até mais favoráveis) às que os preceitos em análise eliminaram. (...) Tais medidas não são, por isso, nem uma condição necessária nem uma condição suficiente da produção dos resultados intencionados pelo legislador. (...).

Retribuição em feriado

E o Tribunal Constitucional estendeu este entendimento também à norma do n.º 5 do mesmo art.º 7.º relativamente aos acréscimos de pagamento de trabalho suplementar e à retribuição do trabalho normal prestado em dia feriado, considerando também aqui não se vislumbrar qual o direito ou interesse constitucionalmente protegido que possa justificar a redução ope legis para metade dos montantes superiores aos previstos no Código do Trabalho fixados em disposições de IRCT anteriores a 1 de agosto de 2014.

Também aqui a solução legal revela-se, desde logo, inidónea para, após o termo da suspensão, assegurar uma padronização dos regimes convencionais aplicáveis, uma vez que, também neste domínio, os trabalhadores e empregadores podem, mediante a celebração de novas convenções coletivas, reestabelecer soluções exatamente iguais às que o preceito em análise visou modificar.

Uma última nota: o acórdão em análise, e do qual sucintamente se deu notícia, mereceu reparos generalizados, uns contestando as declarações de inconstitucionalidade proferidas, outros considerando que o Tribunal Constitucional ficou aquém do que deveria ter decidido. As questões revestem enorme complexidade o que, aliás, é demonstrado pelo facto de todos os 12 Conselheiros do Tribunal Constitucional terem proferido declarações de voto, apenas tendo havido juízo maioritário no que respeita às normas acima identificadas...■

**Serviços Jurídicos do SBC*

*** Subtítulos da responsabilidade da redação*

Karting

Corrida emocionante vale título a Alex Pires

Foi uma final digna desse nome. Uma diferença de apenas 0.465 segundos separou os dois primeiros pilotos, com a taça de campeão a ir parar às mãos do sócio do SBSI

A final nacional do 16.º Campeonato Interbancário de karting teve lugar no dia 19 de outubro, em Viana do Castelo, e contou com a participação de 16 pilotos, oriundos do SBN, SBC e SBSI.

No entanto, logo à sexta volta a pista ficou reduzida a quinze pilotos, uma vez que Luís Simões foi forçado a abandonar.

A corrida no circuito vianense pautou-se pelo enorme equilíbrio e alta rotação imprimidos pelos concorrentes e cedo se percebeu que, desde que não houvesse problemas mecânicos, o vencedor não seria encontrado tão facilmente.

A previsão mostrou-se acertada já que Alex Pires (Ifap/SBSI) foi o primeiro a ver



Os três pilotos com lugar no pódio

agitada a bandeira-xadrez, numa vitória conseguida com uma diferença de apenas 0.465 segundos para o segundo classificado, João Faria (BES/SBSI). Alex Pires completou as 30 voltas em 30:59.891, pertencendo-lhe também a melhor volta (1:01.300).

Na segunda posição ficou João Faria, com o tempo total de 31:00.356 e a melhor

volta a ser feita em 1:01.543. O último lugar do pódio foi reservado para António Faria Silva (Ifap/SBSI), que completou a corrida em 31:31.795 e com a melhor volta a fixar-se em 1:02.322.

João Santos Silva (Millennium bcp/SBSI), em 31:31.901, e Carlos Gonçalves (Banif/SBSI), em 31:34.072, terminaram em quarto e quinto, respetivamente, enquanto José Luís Feliciano (Unicre/SBSI), o mais recente campeão do Sul e Ilhas, ficou-se pelo sexto posto, com o tempo de 31:34.099.

A velocidade média desta prova foi de 64,862 Kms/h e dos 16 pilotos apenas quatro não conseguiram completar a corrida.

Eis a classificação final com os respetivos tempos totais de cada piloto:

1.º Alex Pires (30:59.891); 2.º João Faria (31:00.356); 3.º António Faria Silva (31:31.795); 4.º João Santos Silva (31:31.901); 5.º Carlos Gonçalves (31:34.072); 6.º José Luís Feliciano (31:34.099); 7.º Luís Amaral (31:34.192); 8.º Pedro Costa (31:34.302); 9.º Octávio Teixeira (31:35.000); 10.º Luís Mendes (31:46.256); 11.º Pedro Lemos (31:54.708); 12.º Orlando Fontão (31:55.235); 13.º Octávio Rodrigues (31:12.820/29 voltas); 14.º José Gomes (31:43.175/29 voltas); 15.º Francisco Sousa (31:51.608/28 voltas); 16.º Luís Simões (6:30.016/6 voltas).

De realçar o enorme espírito de camaradagem e saudável rivalidade que foi uma constante não só nesta última prova como igualmente ao longo de todo o campeonato.

Fizeram parte da comissão organizadora deste campeonato Henrique Rego, Alfredo Correia, Francisco Martins, Manuel Camacho, António Ramos, João Toscano, João Cordeiro, Francisco Carapinha e António Pimentel. ■



Percurso exigente não assustou caminhantes

Depois de uma caminhada urbana em torno do Aqueduto das Águas Livres no mês passado, outubro marcou o regresso aos trilhos do Parque Natural Sintra Cascais. Após uma semana de chuva que fazia temer o pior, S. Pedro foi clemente e brindou os caminhantes com uma manhã soalheira, propícia a uma jornada de 19 quilómetros entre o Forte do Abano e o Cabo da Roca, um dos passeios mais exigentes realizados pela Febase.

Os participantes não desanimaram e enfrentaram com determinação os trilhos da serra, sentindo o esforço compensado pelo acesso à deslumbrante paisagem verdejante em contraste com a beleza do Oceano Atlântico.

Ao fim de seis horas de caminhada pontuada por um saudável convívio foi notória a satisfação de todos os participantes ao regressarem ao Forte do Abano... já à espera de novas iniciativas. ■



TEXTOS: PEDRO GABRIEL

Snooker

João Chumbinho campeão invicto

O concorrente da CCAM sucedeu a Pedro Correia, contando como vitórias todos os jogos realizados, num percurso impressionante que só terminou na final

Tomar foi a cidade escolhida para acolher a final nacional do IX Campeonato Interbancário de Snooker, que contou com a participação de 12 concorrentes, divididos em dois grupos.

No Grupo 1, João Chumbinho (CCAM / SBSI) não deu hipóteses aos adversários, começando a caminhada para o título com uma vitória por 4-2 frente a Fernando Pires (Banco BPI/SBSI). Seguiram-se triunfos diante de António Costa (Banco BPI/SBSI), Luís Lobo (BES/SBN), António Guiné (BES/SBC) e José Lino (Santander Totta/SBN), o que permitiu ao futuro campeão terminar a fase de grupos com o pleno de vitórias e a respetiva qualificação para as meias-finais. José Lino terminou no segundo posto, com oito pon-



João Chumbinho (à esquerda) e José Lino, respetivamente campeão e vice-campeão

tos, e também ele seguiu para a fase seguinte.

Situação idêntica teve José Caio (BES/SBN) no Grupo 2, onde também completou a primeira fase 100% vitorioso. No primeiro jogo levou de vencida José Mendes (CCAM/SBSI), por 4-2, ao passo que na segunda partida teve de suar para conquistar o triunfo de 4-3 sobre Laurent Teixeira (BNP Paribas/SBSI). José Caio conquistou o pleno na fase de grupos ao obter vitórias diante de José Amorim (Millennium bcp/SBN), Alberto Malheiro (Millennium bcp/SBC) e Mário Correia (Banco Popular/SBSI).

Face à qualidade demonstrada pelos jogadores, as meias-finais ameaçavam ser emocionantes. Apesar de ter vencido

todas as partidas do seu grupo, José Caio cedeu perante José Lino: 4-2 foi o resultado final. Na outra meia-final, João Chumbinho venceu José Mendes, segundo classificado do Grupo 2, por 4-1.

Antes da aguardada final disputou-se o jogo de atribuição do 3.º e 4.º lugares, onde José Caio ficou com a medalha de bronze ao derrotar José Mendes por 4-1.

Depois de se terem defrontado na fase de grupos, João Chumbinho e José Lino voltaram a reencontrar-se, desta feita no jogo de todas as decisões. Apenas à sexta partida se definiu o vencedor, com João Chumbinho a levar a melhor por 5-1 e a conseguir o feito de se sagrar campeão sem derrotas.

A classificação deste torneio ficou ordenada da seguinte forma: 1.º João Chumbinho; 2.º José Lino; 3.º José Caio; 4.º José Mendes; 5.º Laurent Teixeira; 6.º António Costa; 7.º José Amorim; 8.º Luís Lobo; 9.º Mário Correia; 10.º Fernando Pires; 11.º Alberto Malheiro; 12.º António Guiné.

O fim de semana terminou da melhor maneira com a cerimónia de entrega de prémios, a que se seguiu um almoço-convívio entre todos os participantes.

Fizeram parte da comissão organizadora Manuel Camacho, João Carvalho, Francisco Carapinha, António Pimentel, Henrique Rego, Francisco Mateus e Alfredo Correia. ■

Xadrez

António Fernandes revalida título

Com a realização da final nacional chegou ao fim mais um campeonato interbancário de xadrez. À semelhança do ano passado, António Fernandes foi o último a dizer xeque-mate

Miranda do Douro acolheu a final nacional do 28.º Campeonato Interbancário de Xadrez, nos dias 26 e 27 de outubro. Os quinze melhores xadrezistas colocaram os seus conhecimentos e estratégias em prática, com o objetivo de arrecadarem o tão ambicionado troféu. Tal proeza coube a António Fernandes (BBPI/SBSI), que foi o melhor ao longo das seis

rondas, tendo alcançado um total de cinco pontos.

De referir ainda que o maior elo da prova (2.383) pertencia a este jogador, sendo mesmo o único que ultrapassava a barreira dos 2.000. O doce sabor da vitória não é estranho a este xadrezista do BBPI, uma vez que na edição anterior já tinha sido ele a levar o troféu para casa.

Na segunda posição terminou Mário Massena Machado (Santander Totta/SBN), com 4 pontos, cujo elo era de 1.874. A mesma pontuação obteve outro concorrente oriundo do Norte, Joaquim Brandão Pinho (BdP), com um elo de 1.786.

João Guerreiro Ferreira (CGD) e Micael Costa Santos (Millennium bcp), ambos do SBSI, chegaram igualmente aos quatro pontos, suficientes para garantirem o quarto e quinto lugares, respetivamente.



Os vencedores: António Fernandes (1.º lugar), Mário Massena Machado (2.º) e Joaquim Brandão Pinho (3.º)

Tanto a final nacional como as provas anteriormente disputadas decorreram com um enorme espírito de desportivismo e camaradagem, como já vem sendo habitual nestas iniciativas.

A cerimónia de entrega de prémios antecedeu um animado almoço-convívio que juntou todos os participantes.

Fizeram parte da comissão organizadora deste torneio Henrique Rego, Alfredo Correia, Francisco Martins, Manuel Camacho e João Carvalho. ■



TEXTOS: PEDRO GABRIEL

Pesca de mar

Dobradinha para José Ferreira Azevedo



Chegou ao fim o Campeonato Nacional Interbancário num dia de grande pescaria para o concorrente do Clube GBES, que triunfou a nível individual e coletivo

A final nacional teve como cenário Peniche e realizou-se no dia 12 de outubro, com a participação de 59 pescadores.

Já o sol se fazia sentir bem no alto quando a prova teve início, com os pescadores a alimentarem a esperança de que o peixe fosse atraído aos engodos armados minutos antes.

Neste capítulo, José Ferreira Azevedo (Clube GBES/SBSI) foi o mais feliz, com a captura de 32.390 gramas de pescado, uma marca impressionante que lhe valeu o título de campeão nacional.

Na segunda posição ficou António Marcelino Sousa (Clube Millennium bcp/SBSI), que atingiu os 24.380 gramas, pouco mais que os 21.970 de João Nunes da Silva (Clube Banif/SBSI) e que lhe garantiram o terceiro lugar. Ricardo Luís Pernes (Clube GBES/SBSI) foi quarto, com 21.760 gramas, ao passo que Carlos Brandão Silva (Banco BPI/SBSI), com 19.350 gramas, e José Fernandes

Dias (Clube GBES/SBSI), com 18.880, finalizaram na quinta e sexta posições, respetivamente.

O SBSI acabou por dominar esta final, colocando associados nos dez primeiros lugares da tabela.

Na classificação por equipas, destaque para a vitória do Clube GBES, do campeão José Ferreira Azevedo, José Fernandes Dias e José Ferreira Costa, que obteve 16 pontos. Na segunda posição ficou o conjunto GBES/B. Popular, de Ricardo Luís Pernes, Alberto Ferreira Costa e Pedro Miguel Faria, com 23 pontos. Finalmente no terceiro lugar, com 32 pontos, ficou o Banco BPI (SBSI), de Carlos Brandão Silva, Manuel Santos Carvalho e Artur Pereira Silva.

De referir ainda que o maior exemplar do dia, uma tainha de 1070 gramas, foi capturada por Manuel Santos Carvalho (Banco BPI/SBSI).

A cerimónia de entrega de prémios antecedeu um jantar-convívio entre os participantes. ■

King

Caetano Moço arrecada troféu

A última prova ficou marcada pela incerteza relativamente ao desfecho e só ao quinto jogo se conheceu o sucessor de António Araújo, vencedor do ano passado

A final nacional do 6.º Campeonato Interbancário de King disputou-se no fim de semana de 26 e 27 de outubro, na histórica cidade de Miranda do Douro, tendo contado com a participação de 16 jogadores, oriundos do SBN, SBC e SBSI.

As regras desta final ditaram que os concorrentes fossem distribuídos rotativamente por quatro mesas, aplicando-se um sistema de rotação em que todos jogam contra todos uma vez e nunca mais voltam a encontrar-se nas restantes partidas.



Caetano Moço, ladeado por António Rafael e António Guiné

Foi a partir desta fase que os concorrentes passaram a olhar de forma mais interessada para a classificação, embora o sistema de conversão de pontos King em valores tenha adiado as certezas relativamente ao futuro vencedor.

Após a realização da quarta partida, três jogadores estavam em posição de se sagrarem campeões: António Rafael (Santander Totta/SBSI), Valdemar Gaspar (BES/SBN) e Caetano Moço (Unicre/SBSI). E foi precisamente este último a levantar o troféu após a 5.ª partida, totalizando 73 pontos.

António Rafael ficou em segundo, com 68 pontos, enquanto António Gui-

né (BES/SBC) alcançou o último lugar do pódio, com 65. Valdemar Gaspar (BES/SBN) foi quarto, com 61 pontos, mais quatro que Alfredo Cóias (Santander Totta/SBSI), que terminou em quinto.

De destacar o enorme espírito de camaradagem e fair-play entre todos os participantes, visível não só nesta última prova como ao longo de todo o campeonato.

A comissão organizadora foi composta por Henrique Rego, Alfredo Correia, Francisco Martins, Manuel Camacho, António Ramos, Francisco Carapinha e António Pimentel. ■



CONCURSO FOTO FEBASE

Fotos apuradas no mês de setembro

TEMA - COISAS E GENTES DA MINHA TERRA



"Rezei por ti"
Cristina Mestre



"Pontes(s)"
José Proença



"Azulejos e calçada"
João Sales



"Coração de pedra"
José Canelas



"Mourisca iluminada"
José Canelas



"Porta da felicidade"
Paulo Jorge

TEMA - LIVRE



"Cavilha"
Pacheco Pontes



"Abandonada"
Cristina Mestre



"Tempus fugit"
João Amaro



"Fotógrafo"
José Pinto



"Excalibur"
Francisco Oliveira



"A suave beleza de uma pétala"
Maria Salvador



Vítor Travassos, António Pimentel, Ricardo Pocinho, José Ricardo e Juvenal Sousa na conferência de imprensa

Flagelo do desemprego marca aniversário da UGT Coimbra

TEXTO: RICARDO POCINHO

A central sindical assinalou a data com um seminário sobre "Desemprego, formação e empreendedorismo", em que participaram sindicalistas e académicos

A UGT de Coimbra festejou em outubro o 4.º aniversário e elegeu como marca da data o terrível flagelo do desemprego, as oportunidades do empreendedorismo e o valor da formação num País em que os governantes de diligentes têm pouco.

Assim, depois de uma conferência de imprensa para assinalar a data, teve lugar um seminário intitulado "Desemprego, formação e empreendedorismo", a que assistiram 70 convidados, entre

representantes dos 33 sindicatos filiados nesta estrutura de Coimbra e dirigentes das instituições parceiras da União.

A abertura do evento esteve a cargo de José Ricardo Coelho, presidente do SPZC, da Mesa do Congresso e Conselho Geral da UGT-Coimbra. Intervieram Eduardo Santos, professor da FPCE da Universidade de Coimbra; Joana Almeida, doutoranda da FEUC e bolseira da FCT, que apresentou o seu livro "De desempregados a empreendedores, percursos e carreiras"; Jorge Mesquita, diretor do CEFOSAP, que aproveitou o momento para informar que Coimbra vai ter um polo de formação daquele centro protocolar; e ainda Rui Godinho, presidente da UGT Setúbal, presente enquanto representante do Grupo de Apoio às Uniões.

A finalizar usaram da palavra Ricardo Pocinho, presidente da UGT Coimbra, e Joaquim Mendes Dias, do Secretariado Executivo da Central. Usando uma tónica comum, ambos elogiaram o papel das Uniões e sublinharam a sua importância junto dos sindicatos e dos não sindicalizados, bem como o valor do trabalho que prestam junto dos desempregados. ■

Mostra de papel recortado no SBC



No edifício de Coimbra está patente uma exposição sobre a arte do papel recortado, da autoria de Paulino Mota Tavares, bancário reformado do Banco de Portugal

TEXTO: A. CASTELO BRANCO

Na arte, na escrita e na investigação histórica e etnográfica os bancários no ativo ou reformados têm mostrado os seus dotes. É o caso de Paulino Mota Tavares, autor da mostra agora em exibição no SBC.

Entre nós a tradição da utilização do papel recortado vem de longe, sendo as

referências mais antigas as que visavam o enfeite de doces conventuais.

Posteriormente, nas festas e romarias, alindavam-se as ruas e os arcos com flores de papel, a par de outros objetos decorativos que a arte e o engenho de quem manuseava a tesoura, com mestria, lhe conseguia incutir. Precioso e quase único elemento de enfeite nas velhas cozinhas das nossas aldeias e nas saudosas tabernas que fazem parte da nossa identidade, era aquele papel impresso com múltiplos motivos, que uma vez adquiridos nas velhas mercearias eram colados com farinha de trigo por cima das cantareiras, das chaminés, dos borralhos ou onde houvesse um nicho que justificasse ser evidenciado.

Daí chamar-se-lhe o papel das cantareiras. E, nas casas mais pobres, onde não havia dinheiro para o comprar, ele era substituído pelas folhas de um qualquer jornal velho que por ali aparecesse, depois de artisticamente ter sido burilado pela dona de casa ou pelas filhas casadoiras.

Ao falarmos de papel recortado temos necessariamente de recuar no tempo dois mil anos e situarmo-nos na China, onde há

memória dessa histórica arte milenar enquanto uma das mais populares artes decorativas tradicionais chinesas.

Apaixonado por História

Paulino Mota Tavares nasceu na Nazaré e trabalhou no Banco de Portugal, reformando-se a partir de Coimbra, em cuja Universidade se licenciou em História Económica e Social, frequentando ainda ali o Curso de Estudos Europeus.

Estudou profundamente o latim e os seus autores clássicos, o que lhe permite ainda hoje ministrar o seu ensino.

Tem colaborado na "Revista História" e nos mais diversos jornais e revistas, sendo autor de vários livros em prosa e poesia. Apresenta com regularidade comunicações na área da Literatura Portuguesa e da História de Portugal, destacando-se como investigador na área da História do séc. XVII.

Paulino Mota Tavares é ainda fundador do Centro de Estudos Inesianos em Montemor-o-Velho e cofundador da LATA-Liga dos Amigos das Tabernas Antigas. ■



Reformados **visitam** Parlamento

A Secção Sindical de Reformados promoveu uma visita guiada ao Palácio de São Bento, com direito a assistir a uma sessão plenária

TEXTO: SEQUEIRA MENDES / SILVINO MADALENO

Um grupo com cerca de meia centena de reformados e familiares, participou, em junho, num evento promovido pelo Secretariado dos Reformados, que consistiu numa visita guiada ao Palácio de São Bento, para assistir a uma sessão plenária da Assembleia da República.

O grupo foi recebido por um elemento das relações públicas do Parlamento, que depois de exibir um filme no qual é detalhadamente explicada a história, o modo de funcionamento, as competências e responsabilidades da Assembleia da República portuguesa, partiu para uma visita ao Palácio, começando pelo jardim, localizado nas traseiras.

Passado o claustro acedeu-se à Sala do Senado, que resulta da reformulação da antiga e monárquica Câmara dos Pares, instalada na original Sala do Capítulo do Convento Beneditino.



Por momentos, os reformados do SBC ocuparam o lugar dos deputados

Com paragem nos Passos Perdidos, onde foi explicada a origem do termo, que é mesmo esse – os passos perdidos à espera de uma audiência ou receção por alguém com poder – o grupo chegou à Sala das Sessões, onde foi permitido, por momentos, ocupar o lugar dos deputados.

Saindo para o monumental Salão Nobre, descendo pela imponente Escadaria Nobre – na qual foi possível observar os diversos painéis pintados nas paredes e o grandioso lustre que a encima –, entrou-se no Claustro, decorado com um jardim de quatro canteiros, com uma

oliveira em cada um e uma fonte do séc. XVIII, terminando aí a visita.

Depois do almoço e a convite de dois deputados da Assembleia da República, o grupo foi conduzido às galerias do Parlamento, onde assistiu a um acalorado debate político sobre as desventuras de dois anos de "governança Passos Coelho".

Pelas 17h00 foi tempo de regressar, pois aos reformados esperava-os um opíparo lanche – que mais pareceu um jantar – no Cortiço, em Caldas da Rainha, e que mereceu os maiores encômios de todos os participantes. ■



Tradição raiana **animou** passeio

TEXTO: SEQUEIRA MENDES

Meia centena de sócios rumou à Aldeia da Ponte, Sabugal, para assistir a uma das mais primitivas tradições da região: a capeia arraiana com forcão

Nos idos de agosto, em pleno verão, um pouco mais de 50 reformados do SBC, oriundos dos quatro distritos que o compõem, rumaram de autocarro até à fronteira, à Aldeia da Ponte, no concelho do Sabugal, para assistir a uma das mais primitivas tradições daquelas paragens, a capeia arraiana com forcão.

A caminho da festa houve paragem obrigatória na Aldeia de S. Sebastião, no

Centro Social, onde foi servida uma excelente paella raiana.

A capeia é uma corrida de touros com origem nas terras de Ribacôa, com características que, pode dizer-se, são únicas no mundo. Há quem sustente que este património etnográfico teve origem em Forcalhos e Lageosa da Raia.

São vários os momentos da capeia, qual deles o mais significativo e o de maior valor etnográfico: ir buscar os touros (aos campos); o encerro, ou entrada de cavaleiros e touros na praça; o boi da prova, ou o primeiro touro que entra em cena; o almoço, que é isso mesmo; pedir a praça, isto é, um mordomo avança e pede oficialmente que a capeia comece; a capeia propriamente dita; e o desencerro, o momento culminante da festa e que consiste no regresso dos touros aos campos, acompanhados pelos cavaleiros.

O regresso contou com uma paragem em Vilar Formoso onde, aproveitando as festas, o grupo aproveitou para merendar. ■





Pesca

José Ferreira bisa em Folhadosa

O 2.º convívio piscatório organizado pela Secção Regional de Viseu foi novamente um êxito, e apesar da chuva o peixe marcou presença. O próximo encontro terá lugar em Celorico da Beira

TEXTO: SEQUEIRA MENDES

Foi no edifício pesqueiro de Folhadosa – uma aldeia serrana do concelho de Seia – que integra uma Fundação cujo escopo fundamental consiste no apoio à terceira idade, que se realizou o segundo convívio de pesca promovido pela Secção Regional de Viseu.

Ficou decidido pelos pescadores convivas que o próximo terá lugar em Celorico da Beira, na pista de pesca da Ratoeira. Esta particularidade, de serem os próprios pescadores a decidirem o local da realização dos seus encontros, tem levado a que estes sejam muito participados e que a camaradagem e o convívio sejam mesmo o propósito que os representantes distritais pretendem atingir.

Este convívio ganhou um peso e importância tal, que muitos pescadores, oriundos dos vários distritos que integram o SBC, atribuem-lhe prioridade e nele fazem questão de participar.

O mau tempo com que o S. Pedro surpreendeu presentes, com uma chuva



A chuva implacável não afastou os pescadores



O peixe foi abundante e com bons exemplares

implacável que nunca parou, não afastou os pescadores, muito menos interferiu na faina, pois saiu muito peixe, para satisfação de todos.

É habitual neste convívio haver uma paragem a meio da manhã para retemperar forças e degustar petiscos da re-

gião, a que chamam Piqueta. Foi o que mais uma vez aconteceu e durante vinte minutos, o tempo que esta interrupção durou, lá se deleitaram os pescadores com belas carnes grelhadas, enchidos, queijos e requeijões, tudo bem secundado por uns elegantes tintos e brancos do Dão.

Para que conste, pois o objetivo primeiro não é o da competição, o primeiro lugar coube novamente a José da Silva Ferreira, do BCP/Viseu, com 5.140 Kg pescados; o segundo foi para Fernando Tomás Luís, do BES/Buarcos, com 3.080 Kg, e em terceiro ficou Paulo José Figueiredo, do BCP/Nelas, com 2.880Kg.

No almoço que se seguiu nas instalações da lagoa estiveram presentes, por parte da Direção, Manuel António e João Antunes. Houve distribuição de algumas lembranças, tendo Couto Ribeiro rematado com o agradecimento a todos os presentes pelos momentos vividos de muita alegria e sã camaradagem. ■



Convívio de Sueca em Leiria

"És bem-vindo! Não te esqueças, trás outro amigo!" Foi com este lema que a Delegação de Leiria do SBC realizou um convívio de sueca na tarde de sábado, dia 2 de novembro.

O objetivo foi reunir, de entre os amigos deste jogo, o maior número possível de bancários associados do distrito de Leiria e proporcionar-lhes uma tarde bem jogada e bem passada, cimentando assim os laços que unem estes bancários, num conceito informal e sem as regras rígidas dos campeonatos que nesta modalidade costumam comprimir e limitar os concorrentes, privilegiando, assim, o convívio e as relações interpessoais.

Assim aconteceu. Das seis equipas que se apresentaram a jogo, coube à dupla Silva/Gameiro as honras de vencedora, tendo recebido o respetivo prémio no jantar que se realizou na cidade e que encerrou esta jornada. ■



TEXTO: **MÁRIO RÚBIO**

Universidade Sénior Pedro Santarém

As aulas já começaram!

Meia centenas de estudantes iniciaram o ano letivo na Universidade Sénior, com o objetivo de aumentar o conhecimento em áreas do seu interesse



A sessão de apresentação das aulas da Universidade Sénior Pedro Santarém realizou-se no dia 15 de outubro e contou com a presença da grande maioria dos alunos inscritos.

Este ano a Universidade tem meia centena de alunos inscritos nas diversas disciplinas. Face à procura, as turmas de Informática e Redes Sociais tiveram de ser divididas, devido ao número dos interessados em frequentar estas disciplinas.

No dia 21 iniciaram-se as aulas, contando com a participação dos alunos nas seguintes disciplinas: Informática, Redes Sociais, Fotografia, Desenvolvimento Pessoal, Inglês, História das Religiões e Mistérios, Tradições da História Portuguesa e, finalmente, Tai Chi Chuan.

Está previsto para breve dar início às aulas de Oficinas de Lazer.

Recorde-se que as inscrições ainda estão abertas, pelo que os interessados ainda estão a tempo de se inscrever na Universidade e frequentar as aulas nos horários indicados.

Para mais informações não deixe de consultar o sítio do STAS, em www.stas.pt (espaço sócio), enviar um email uspedrosantarem@stas.pt ou telefonar 21 880 21 60. ■

Disciplinas e horários

Para melhor informação, eis o horário de funcionamento da Universidade:

	2.ªfeira	3.ªfeira	4.ªfeira	5.ªfeira
10.00h-10.50h	Informática	Inglês	Informática (2)	Oficinas de lazer
11.00h-11.50h	(1)			
12.00h-12.50h	Redes Sociais (1)		Redes Sociais (2)	
13.00h-13.50h				
14.00h-14.50h		Desenvolvimento		
15.00h-16.30h	Fotografia	Pessoal		
16.30h-17.30h	História *	Tai-chi-chuan		
17.30h-17.50h				

STAS-Actividade Seguradora



**Universidade Sénior
Pedro Santarém**

480€

Sócios STAS ou alunos da US - Pedro Santarém

550€ preço para não sócios

Características

Insys W2251ELQ 15.6" C/teclado sénior
CPU Pentium B970 2.3Gz 2Mb
DIMM 4Gb
Disco 320Gb
Gravador/wireless/camara/Windows7
Computador Portátil com características especiais para Seniores.

Condições: 50% Conjuntamente com a encomenda. Restante pagamento contra entrega do equipamento

Encomende já o seu computador para: ricardogouveia@stas.pt, mariorubio@stas.pt, uspedrosantarem@stas.pt ou através do nº 218 802 160



TEXTO: JOSÉ LUIS PAIS



Delegados sindicais analisam alterações ao **Código do Trabalho**

Numa assembleia muito participada, os delegados sindicais do STAS debateram ainda a situação político-laboral no setor

Apreciação das alterações recentes ao Código do Trabalho e a situação político-sindical no setor foram os principais temas em discussão na assembleia ordinária de delegados sindicais do STAS, realizada recentemente. A aprovação da ata da assembleia anterior e a transmissão de informações foram os restantes assuntos da Ordem de Trabalhos.

Registe-se a participação ativa dos presentes, que intervieram com particular interesse e empenho no desenrolar da assembleia.

Na sessão houve a oportunidade de os delegados se pronunciarem quanto à situação atual das empresas onde laboram, particularmente aquelas que estão a proceder a rescisões de contratos, e com enfoque sobre as propostas que estão a ser apresentadas a alguns trabalhadores.

Sendo os delegados sindicais o elo de ligação entre o Sindicato e os trabalha-

dores e vice-versa, foi-lhes solicitado pela Direção uma particular atenção quanto àquelas situações, de forma a poderem transmitir aos colegas visados pelas rescisões a importância de antes de tomarem uma decisão exporem aos serviços jurídicos as suas dúvidas e, ao mesmo tempo, serem devidamente esclarecidos quanto aos direitos e implicações futuras das opções que venham a tomar.

Ainda quanto a este assunto foi referido que a Direção, sempre que se justifique, intervirá junto das empresas, contribuindo para a salvaguarda dos interesses dos trabalhadores seus associados.

Mudanças na lei

Noutro aspeto apresentado à assembleia, destaque para os preparativos de início de negociações de CCT e de AE com entidades representativas de mediadores e corretores e ainda de assistência.

Focou-se ainda a manifesta vontade do Sindicato em retomar as conversações com a APS. Para o efeito será enviada àquela associação uma carta com essa finalidade.

Seguiu-se a apresentação, em power point, das alterações mais recen-

tes ao Código do Trabalho, introduzidas pela lei n.º 69/2013 de 30 de agosto. Uma vez mais, a assembleia contou com a colaboração da dr.ª Carla Mirra que, com o seu *savoir faire*, conseguiu prender a atenção dos presentes, incluindo o desafio de atestar essa mesma atenção apresentando-lhes alguns exemplos com vista à aplicação prática do exposto.

Foram referidas as fórmulas de cálculo das compensações por cessação do contrato de trabalho sem termo: contratos celebrados após 1 de outubro de 2013; celebrados antes de 1 de novembro de 2011 e celebrados após 1 de novembro de 2011 e até 30 de setembro de 2013.

Apresentaram-se também as fórmulas de cálculo das compensações para os contratos de trabalho a termo certo ou incerto. Finalmente focaram-se diversos aspetos da declaração de inconstitucionalidade de algumas normas do Código do Trabalho e da lei n.º 23/2012.

No ponto de informações da Ordem de Trabalhos, destaque para a forma de comunicação geral aos associados, alertando-se os delegados sindicais para a importância que também têm neste capítulo. Algumas sugestões foram lançadas para a obtenção de uma melhoria da referida comunicação. ■



Porque são importantes os CET's ?

- Porque significam aumento de competências e uma melhor estruturação da sua carreira profissional;
- Porque, para aqueles que procuram trabalho, o estágio de 400 horas ou 500 horas, consoante o CET escolhido, em contexto de trabalho, pode representar a oportunidade pela qual anseiam;
- Porque são reconhecidos na Europa;
- Porque permitem o prosseguimento de estudos em instituições de ensino superior, através de um sistema de equivalências reconhecidas em licenciaturas afins;

Para si ou para os seus familiares a INETESE, em Lisboa, Porto e Faro, tem uma oportunidade que não deve desperdiçar, em condições especiais para os associados da FEBASE e seus familiares.



Conteúdos programáticos

CET BANCA E SEGUROS Pós Secundário (Nível V) Total: 1500h

Língua Inglesa Aplicada às Práticas Administrativas	25 horas
Língua Inglesa Aplicada à Banca e Seguros	50 horas
Técnicas de Comunicação	25 horas
Segurança e Saúde no Trabalho	50 horas
Complementos de Estatística	50 horas
Direito das Instituições Financeiras	50 horas
Economia Europeia	25 horas
Informática de Gestão	50 horas
Fiscalidade de Instituições Financeiras	50 horas
Marketing e Produtos Financeiros	50 horas
Moeda e Instituições Financeiras	50 horas
Teoria de Seguros	50 horas
Análise Financeira	25 horas
Cálculo Financeiro - Princípios	50 horas
Cálculo Atuarial	50 horas
Controlo de Gestão	50 horas
Finanças Empresariais	50 horas
Gestão de Tesouraria	50 horas
Mercados Financeiros	50 horas
Operações Bancárias	25 horas
Gestão Bancária	50 horas
Operações e Gestão de Seguros - Gestão do Risco	25 horas
Operações e Gestão de Seguros - Mercado	25 horas
Planos e Fundos de Pensões	25 horas
Formação Prática em Contexto de Trabalho	500 horas

CET EM CONTABILIDADE E FISCALIDADE Pós Secundário (Nível V) Total: 1400h

Língua Inglesa - documentação contabilística e de gestão	50 horas
Ambiente, segurança, higiene e saúde no trabalho	50 horas
Base de dados de apoio à gestão	50 horas
Cálculo financeiro e atuarial	50 horas
Direito comercial e laboral	25 horas
Contabilidade financeira das micro entidades	50 horas
Contabilidade financeira das pequenas e médias empresas	50 horas
Contabilidade Pública - POCB	25 horas
Contabilidade das Autarquias Locais - POCAL	25 horas
Sistema de Normalização Contabilística para as entidades do Setor não lucrativo.	50 horas
Contabilidade do Setor da Saúde - POCMS	25 horas
Sistema de Normalização Contabilística - Setor Agrícola	25 horas
Contabilidade e imposto	50 horas
Contabilidade de grupos e consolidação de contas	50 horas
Contabilidade em ambiente informático	50 horas
Infracções tributárias	25 horas
Organização da administração pública e descentralização tributária	50 horas
Garantias gerais e processuais dos contribuintes	50 horas
Controlo de gestão	50 horas
Gestão financeira	50 horas
Contabilidade de gestão	50 horas
Auditoria Contabilística	50 horas
Auditoria fiscal	25 horas
Prática de comércio internacional	25 horas
Formação Prática em Contexto de Trabalho (Estágio)	400 horas



TEXTOS: INÊS F. NETO

SAMS abriu novo espaço

O Centro Clínico tem em funcionamento desde 28 de outubro um novo espaço, possibilitando a beneficiários e utentes a aquisição de medicamentos de venda livre e outros produtos

O Conselho de Gerência e a Comissão Executiva prosseguem o objetivo de dotar o SAMS de mais-valias para beneficiários e utentes, ampliando horários de atendimento, remodelando instalações e aumentando o número de serviços disponibilizados.

Depois da remodelação total das Clínicas de Almada e do Barreiro e da modernização da loja de Ótica, abriu dia 28 de outubro um novo espaço.

Situada no piso de entrada do Centro Clínico, em frente à Ótica, a SAMS Pharma é um local amplo com uma imagem contemporânea, que disponibiliza aos beneficiários e utentes medicamentos de venda livre (sem necessidade de receita médica), com especial incidência na área da dermocosmética. Está a ser equacionada a dispensa



de outros produtos, como os ortopédicos ou de apoio à maternidade.

O SAMS presta assim mais um serviço aos beneficiários, facilitando o acesso a um leque variado de artigos sem necessidade de sair do Centro Clínico e proporcionando um atendimento personalizado e profissional.

Os subscritores do Fundo Sindical de Assistência (FSA) – e apenas estes –

têm ainda a vantagem de poder efetuar o pagamento dos produtos adquiridos em diferido e de forma fracionada.

A abertura da SAMS Pharma é a resposta possível à legislação sobre propriedade de farmácias, que impede o SAMS de ter de novo um serviço com as características do que funcionou no passado. ■

Visitas à Casa-Museu Dr. Anastácio Gonçalves

É já este mês que arranca a iniciativa "Convívio com Arte". São duas visitas ao edifício onde viveu o médico e colecionador Anastácio Gonçalves

O local eleito para a primeira iniciativa de "Convívio com Arte" é a Casa-Museu Dr. Anastácio Gonçalves, ao Saldanha (em frente à Maternidade Alfredo da Costa).

Estão organizadas duas visitas distintas: a primeira, agendada para 20 de novembro, às 12h30, tem a pertinente designação de "20 minutos com arte" e compreende uma visita à Casa-Museu do médico e colecionador de arte que fez do

ateliê do pintor José Malhoa a sua residência e repositório das obras adquiridas. O preço por pessoa é 1€ e as inscrições estão limitadas a 15 pessoas.

A segunda está marcada para sábado, dia 23 de novembro, às 15h00, e comporta a inscrição de 30 pessoas. Durará cerca de uma hora e meia e, além da visita à Casa, inclui informações detalhadas sobre o Dr. Anastácio Gonçalves, explicações sobre as principais obras das suas três coleções – pintura, mobiliário e porcelana, todas com obras de assinalável importância artística – e o desvendar de pormenores pouco conhecidos sobre o homem e as peças. Esta visita custa 3€.

Ambas as visitas serão acompanhadas por um técnico da Casa-Museu, responsável por prestar todos os esclarecimentos.

Em qualquer dos casos, as inscrições estão abertas a sócios do SBSI, família-



O célebre "Convite à Valsa", de Columbano Bordalo Pinheiro, é uma das obras da Casa-Museu

res e amigos. Os interessados em participar deverão inscrever-se até dia 11 de novembro na Secção Administrativa do Sindicato, através do email administrativa@sbsi.pt ou do telefone 213 216 009/12. ■



TEXTO: PEDRO GABRIEL

Futsal

Jornadas distintas marcam arranque



Os Leopards

A bola já rola no Campeonato Interbancário de Futsal para Veteranos. Após duas jornadas realizadas, a equipa Leopards destaca-se na frente da classificação

A 14.ª edição do Campeonato Interbancário de Futsal para Veteranos teve início no dia 18 de outubro, com a realização da 1.ª jornada da área de Lisboa. Foram jogos bastante disputados, com poucos golos e sempre na incerteza em relação aos vencedores.

O jogo inaugural opôs a equipa GDCTU (Unicre) aos Krakes do Kintal (Millennium bcp). No primeiro tempo o marcador ficou em branco, pese embora algumas oportunidades de golo. O nulo haveria de ser desfeito à passagem do minuto 8, com o capitão António Brás Jorge a fazer aquele que seria o único golo da partida. Vitória pela margem mínima da equipa Krakes do Kintal.

No segundo encontro, BCP Foot Vet (Millennium bcp) mediu forças com a equipa Leopards (BES) e foram estes a inaugurar o marcador, por intermédio de Luís Miguel Xavier, quando estavam decorridos 11 minutos de jogo. Os Leopards viriam a ampliar a vantagem já na segunda parte, aos 10', quando Luís Alberto Rocha empurrou o esférico para o fundo das redes. Três minutos depois, João Diogo Pereira reduziu para o BCP Foot Vet, deixando até final a incerteza no marcador. No entanto, o resultado não mais viria a alterar-se.

Na terceira e última partida não houve festejos, uma vez que Clube GBES e Fapoc Vet (Millennium bcp) empataram a zero.

A Portugais (BdP) foi a equipa a folgar. No final desta jornada, Leopards e Krakes do Kintal partilhavam o topo da tabela classificativa, com 3 pontos.

Goleadas na 2.ª jornada

Se na ronda inaugural as equipas não se mostraram inspiradas na procura do golo, na segunda jornada a pontaria esteve bastante afinada.

O primeiro jogo opôs o Clube GBES aos Leopards e terminou com a vitória dos últimos, por 9-4. Início de jogo frenético com dois golos para cada lado nos primeiros quatro minutos. E foi preciso esperar

pelo minuto 11 para ver as redes balançarem novamente. A equipa Leopards colocou-se na frente e viria a ampliar o marcador novamente aos 14'. No entanto, o Clube GBES não esmoreceu e logrou chegar ao empate, resultado com que foi para o intervalo.

Na etapa complementar, os Leopards regressaram demolidores e brindaram o adversário com cinco golos sem resposta. Destaque para o hat-trick de Luís Alberto Rocha.

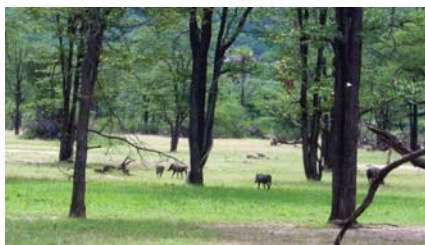
No segundo jogo da noite, o BCP Foot Vet transformou-se num autêntico rolo compressor ao levar de vencida os Krakes do Kintal, por 12-1. Seis golos em cada parte, com Rui Calcona a fazer um "poker". Carlos Andrade fez o tento de honra para os Krakes do Kintal.

E ao terceiro jogo, a terceira goleada. Desta feita foi a equipa Portugais, que havia folgado na primeira jornada, a golear a GDCTU, por 6-0. Pedro Macário e Jorge Seabra dividiram as despesas do jogo, com três golos cada um. A equipa Fapoc Vet descansou nesta ronda.

Com duas jornadas realizadas, os Leopards lideram isolados a classificação, com 6 pontos, seguidos do BCP Foot Vet e dos Krakes do Kintal, ambos com 4 pontos.

As próximas jornadas terão lugar durante o mês de novembro e daremos conta dos resultados em futuras publicações. ■

Montarias em Alvaiázere



As montarias realizam-se no final de novembro e em fevereiro do próximo ano.

Duas oportunidades para levar a família até ao Centro de Férias de Ferreira do Zêzere

O Clube de Caçadores de Alvaiázere está a organizar duas montarias. O SBSI juntou-se à iniciativa para proporcionar esta oportunidade aos sócios amantes da caça.

A primeira tem lugar de 29 de novembro a 1 de dezembro; a segunda de 14 a 16 de fevereiro de 2014. Ambas custam 30 portas.

A participação está aberta a todos os sócios do SBSI e dos sindicatos da Febase e da UGT.

A iniciativa pretende abranger toda a família, por isso enquanto os desportistas caçam, os familiares são recebidos no Centro de Férias e Formação do Sindicato, em Ferreira do Zêzere, com um conjunto de atividades que lhes proporcionarão um dia bem passado.

Para mais informações e reservas, os interessados devem ligar para o tel. 249 360 200. ■





Textos: **PEDRO GABRIEL**



Pesca de Alto Mar

Últimos concorrentes apurados

Com a realização da quinta e última eliminatória, ficou definida a lista de pescadores que transitam para a próxima fase da competição

O 28.º Campeonato Interbancário de Pesca de Alto Mar prosseguiu no dia 26 de outubro, com a realização da quinta eliminatória.

A bordo da embarcação "Roaz do Sado", do Mestre Jorge Sena, sete concorrentes lançaram o isco à água na esperança de que o peixe estivesse disposto a picar.

Nesta saudável "batalha", Luís Capitão Patas (Santander Totta) foi o mais feliz, ao alcançar o primeiro lugar, com um total de 2.100 pontos. João Nogueira Nunes, igualmente do Santander Totta, terminou na segunda posição, chegando aos 1.650 pontos. António Reis Valério (Millennium bcp) foi terceiro, com 1.410 pontos, enquanto Luís Miguel Agostinho

(Montepio Geral) ocupou a última vaga do apuramento, com 1.385.

Além dos quatro melhores classificados de cada eliminatória, têm lugar na 2.ª fase da competição os dois melhores quintos classificados no conjunto dessas mesmas eliminatórias.

Assim sendo, a lista completa dos apurados conta com os seguintes pescadores: Bruno Santos Ferreira (Banco Popular), Camilo Augusto Baía (Santander Totta), João Nascimento Silva (BES), José Domingos Moreira (Santander Totta), Fernando Martinho Pereira (UNICRE), Miguel Ângelo Aiveca (Santander Totta), José Carlos Pacheco (Millennium bcp), Pedro Carvalho Silva (Banco Popular), Francisco Vicente Pereira (CGD), João Lima Canaverde (Millennium bcp), Camilo Lopes Santos (Montepio Geral), Luís Bento Costa (Caixa Agrícola), Ricardo Lindengrun (Montepio Geral), Carlos Alberto Antunes (UNICRE), Policarpo César Viegas (CGD), Paulo Teixeira Oliveira (UNICRE), Luís Manuel Ferreira (Santander Totta), Luís Capitão Patas (Santander Totta), João Nogueira Nunes (Santander Totta), António Reis Valério (Millennium bcp), Luís Miguel Agostinho (Montepio Geral) e Joaquim Marques Ferreira (Millennium bcp).

As duas primeiras provas da 2.ª fase decorreram dia 9 de novembro e delas daremos conta em próximas publicações. ■

SBSI despede-se de Vasco Santos

O Sindicato ficou mais pobre quando no dia 27 de outubro faleceu Vasco Santos, antigo membro dos Corpos Gerentes.

Vasco Rui Pinheiro Machado Santos nasceu em 1946 e iniciou a sua vida profissional mal deixou a infância: entrou aos 13 anos para o ex-BNU. Cumpriu a maior parte da sua carreira de bancário neste banco, tendo transitado para a CGD devido ao processo de fusão entre as duas instituições. Reformou-se como trabalhador da Caixa.

Ao longo da sua vida, Vasco Santos foi um ativo membro das diversas Comissões de Trabalhadores do ex-BNU, até 2000.

Entre 2000 e 2011 foi vice-presidente da Mecodec, cargo que exerceu com sentido de responsabilidade e equilíbrio, o que lhe granjeou o respeito dos bancários.

No mesmo período pertenceu ao Pelouro dos Tempos Livres do Sindicato,



Vasco Santos na Mesa durante um Conselho Geral

acompanhando pessoalmente muitas das atividades desenvolvidas, tanto na área desportiva como na cultural. Nessas ocasiões Vasco Santos mostrava o seu companheirismo e espírito solidário, que os sócios muito prezavam.

Foi ainda membro da Comissão de Trabalhadores do BNU.

Neste momento de dor, os Corpos Gerentes do SBSI prestam homenagem ao colega e amigo que agora partiu e apresenta à família enlutada as mais sentidas condolências. ■





TEXTOS: FRANCISCO JOSÉ OLIVEIRA



Calendário fértil em torneios de ténis

Os sócios têm oportunidade de mostrar a sua destreza desportiva em dois torneios da mesma "família": ténis e ténis de mesa. Na primeira modalidade procura-se o campeão regional, que disputará a final nacional; na segunda será conhecido o melhor jogador do SBN

Com início no passado dia 10 e prolongando-se pelo mês de dezembro, decorre no Complexo Municipal de Ténis da Maia, em Vermoim, o 31.º torneio regional de ténis organizado pelo SBN.

Os jogos realizam-se ao domingo, durante a tarde, sob calendário previamente estabelecido no sorteio realizado no dia 5 de novembro e a que não são permitidas alterações.

As regras do torneio são idênticas às que se praticaram nas edições anteriores. Eventuais dúvidas e os casos omissos serão resolvidos, de acordo com o regulamento da Federação Portuguesa de Ténis, pela organização do torneio, e o critério de apuramento para a final nacional é da responsabilidade do Pelouro do Desporto do SBN.

Os concorrentes foram distribuídos por cinco escalões em singulares masculinos – o primeiro até aos 44 anos; o segundo dos 45 aos 54; o terceiro dos 55 aos 59; o quarto dos 60 aos 64 e o quinto a partir dos 65 – e um em singulares femininos.

Torneio aberto

No âmbito das atividades para o corrente ano, o SBN vai promover, no próximo dia 7 de dezembro, com início às 9h00, no auditório do sindicato – Rua de S. Brás 444 –, o 5.º torneio aberto de ténis de mesa, em masculinos e femininos, para associados no ativo e reformados.

O ténis de mesa, ou mesa-tenismo, foi inventado em Inglaterra no século XIX,



onde era conhecido como ping pong, até se tornar uma marca registada. Por isso mudou-se o nome em Portugal para ténis de mesa, sendo o nome ping pong atualmente usado apenas para fins recreativos. É um dos desportos mais populares do mundo em número de jogadores, assim como uma das mais novas modalidades olímpicas. O ténis de mesa é conhecido como sendo o desporto com o tipo de bola mais rápida do mundo e o que tem a raquete que mais produz efeito (rotação) na bola.

A inscrição é gratuita e deverá ser efetuada até dia 22 de novembro nos serviços do SBN, Loja de Atendimento – Rua da Fábrica, 81 – ou pelos telefones 223398800/05/09/17/48, onde poderão ser obtidas mais informações. ■

SBN festeja S. Martinho

O Sindicato celebra uma das mais tradicionais festas de outono com um passeio às termas de S. Vicente, em Penafiel, onde não faltarão as castanhas



O Sindicato vai festejar o S. Martinho no dia 23 de novembro, em Penafiel, com um evento destinado aos associados e familiares.

Do programa, além de um almoço servido no restaurante das Termas de S. Vicente – um dos melhores da região –, consta uma visita à estância termal e às ruínas romanas. Datadas do século V, as termas são consideradas as mais alcalinas de entre todas as sulfúreas em Portugal.

Para abrir o apetite, refira-se que o almoço é composto por entradas diver-

sas, sopa, rojões, sobremesa, bebidas diversas e café.

A tarde será de animação, com música ao vivo, estando previsto o regresso às 18h30 – não sem antes ser servido um lanche com caldo verde e castanhas.

As inscrições, abertas até dia 19, são limitadas a 165 pessoas e deverão ser efetuadas na Loja de Atendimento do SBN, na Rua da Fábrica, 81, onde poderão ser obtidas mais informações, pessoalmente ou através dos telefones 223398800/05/09/17 ou do e-mail sag@sbn.pt ■

"Natal 2013" em exposição fotográfica

Enquadrada no ciclo de fotografia "Treze Meses, Treze Temas" – exposições mensais subordinadas a temas previamente definidos –, o Núcleo de Fotografia do SBN decidiu, nesta época do ano, a apresentação de um trabalho alusivo à quadra natalícia, da autoria de Eduardo Nogueira.

O Núcleo vai, por isso, manter patente uma exposição subordinada ao tema "Natal 2013" na Galeria SBN (Rua Conde de Vizela, 145), de 4 de dezembro a 8 de janeiro. A mostra pode ser visitada às quartas e quintas-feiras, das 15h00 às 17h30.

"Viagens"

Paralelamente, está patente na Galeria SBN a mostra sobre o tema "Viagens", da autoria de Jorge Viana Basto. A exposição pode ser visitada até 4 de dezembro, no mesmo horário. ■





Assédio moral e sexual: denunciar,

O assédio sexual e o assédio moral constituem atentados às condições de trabalho. A nossa missão é torná-lo visível, até porque só sendo visível ele poderá ser combatido. Não há outra maneira



TEXTO: CLARA QUENTAL*

Há algum tempo, o órgão a que pertencia pediu uma reunião sobre o assédio moral e sexual nos locais de trabalho com um grupo parlamentar. A senhora presidente desse grupo que, naturalmente, não vou aqui revelar, manifestou-se muito admirada com a exposição que lhe fiz e disse-me, sem margens para dúvidas: "Clara, eu não tinha a noção de que o assédio tinha estas proporções!".

Sendo este apenas um caso entre tantos e tantos outros, não me parece

que isto seja um assunto com muita visibilidade. Aliás, não me restam muitas dúvidas de que este é um assunto ainda muito subterrâneo. Por isso, a nossa missão é torná-lo visível, até porque só sendo visível ele poderá ser combatido. Não há outra maneira, na minha perspetiva.

A crise acentuou esta realidade, quer pelo medo das mulheres, ao denunciarem as situações, perderem o emprego, quer pelo aumento da precariedade dos vínculos laborais, mas também pela pressão que se vive nas organizações que, como sabemos, são permeáveis às convulsões sociais. O que é grave é que, por vezes, as mulheres não têm noção de que estão a ser vítimas de efetiva violência, ou, sabendo-o, não o sabem configurar. Ora, todos estes fatores se traduzem numa maior insegurança no emprego e fragilizam as já de si tão frágeis vítimas, fazendo disparar uma realidade que até há pouco tempo era, como já referi um tema subterrâneo.

O assédio moral e o assédio sexual, independentemente do que aqui foi dito, estão completamente interligados. Uma vez começa por ser assédio moral, terminando em assédio sexual.

Outras vezes, é a situação inversa que ocorre. Não estão dissociados um do outro. Afirmo-o convictamente, pelas inúmeras queixas que têm chegado até mim. O assédio sexual e o assédio moral constituem atentados às condições de trabalho. O primeiro passo é sempre o mesmo: o agressor coloca a vítima em falta, para fazer parecê-la incompetente, e depois passa a recriminá-la, ao ponto de a conseguir afastar.

O isolamento e a recusa de comunicação são métodos frequentes, que o agressor tende a banalizar e a fazer parecer naturais.

É um atentado à dignidade, são gestos de desprezo, atitudes que desqualificam, que são notadas por todos, em que a vítima é tida como responsável por eles. Sim, a vítima é sempre a culpada e é isto que temos de combater. A vítima também se autculpabiliza, porque a sociedade assim o induz. Desgraçadamente, temos uma sociedade que não culpabiliza o agressor, a pessoa que é o móbil do crime e que por isso tem de ser ele o responsabilizado e criminalizado. Não, esta sociedade hipócrita acha que a vítima é que fez qualquer coisa de errado, mesmo sem lhe dar possibilidade de se defender.



Violência verbal e física

A violência verbal e física ou sexual surge quando o assédio já está instalado e quando, apesar de notado por todos, a vítima está extremamente fragilizada e sem apoio. Este é o fim da linha.

Vou dar alguns exemplos, que tirei de casos práticos de pessoas que nos contactaram.

As pseudo-gracinhas. É muito característico quando o chefe começa a dizer umas pseudo-gracinhas e as pessoas não percebem, não valorizam e a mulher não diz nada. Eu alerto sempre: "Reajam logo! Não admitam esse tipo de coisas no trabalho. Como diz o bom povo português, trabalho é trabalho, conhaque é conhaque!" Desculpem esta maneira de me expressar, mas as coisas acontecem assim mesmo. Depois temos os comentários: "Hoje estás muito elegante, hoje estás muito sexy!" Acham que uma mulher diz isto a um homem no trabalho? Já percebi que não.

As carícias ou os pedidos de favores sexuais em troca de promoções são situações que sabemos que acontecem. Depois passa-se às intimidações. Entra-se numa

família, até porque a vítima não reparte este problema com quase ninguém.

Difícilmente a vítima fala disto; é muito difícil falar, até pelas repercussões que a situação acarreta. Vai calando, calando e a família e a relação sexual dentro do casal ficam completamente destruídas. É preciso perceber a gravidade e as consequências sociais que isto tem. Nunca mais esta mulher vai ser o que tinha sido antes.

Ainda que o assédio no local de trabalho seja tão antigo quanto o trabalho, só no início dos anos 90 foi considerado destrutivo do ambiente de trabalho, não só reduzindo a produtividade, mas também favorecendo o absentismo, devido aos danos psicológicos que envolve. Uma mulher que se sente mal, facilmente entra de baixa, não vai ao trabalho, tem problemas de produtividade porque está afetada psicologicamente e as empresas ainda não perceberam até que ponto isto perturba a produtividade e o ambiente laboral.

Desafio às empresas

Será que não temos de ser interventivos e mobilizar as empresas neste sen-

forma digna o seu trabalho e não o pode fazer se for vítima de assédio moral ou sexual. É por aqui que temos de começar o nosso trabalho.

Relativamente às medidas, os diversos casos podem e devem ser denunciados por vários agentes. As vítimas tendem a calar, porque o assédio sexual interfere com aquilo que há de mais sagrado na vida da pessoa, que é a intimidade.

Os colegas de trabalho, os sindicatos e as comissões de trabalhadores têm um papel fundamental. São o primeiro local onde normalmente a vítima se desloca e vai pedir apoio. Os sindicatos têm obrigação de estar sensíveis a estas questões e de não dizer: "Isso é um assunto paralelo, não tem assim tanta importância". No meu gabinete vejo muitas mulheres a desfazerem-se em lágrimas e não vou aqui contar as coisas que oigo, que são degradantes, arrepiantes.

Na negociação coletiva, é incontornável exigir que esta problemática seja integrada no clausulado. Socialmente, o assediador tem de passar a ter uma imagem comparável à do violador, ou seja, a sociedade tem de passar a ser

denunciar, denunciar!

escala que, como já perceberam, é crescente em termos de gravidade. Depois há as ameaças e, mais tarde, as represálias. A seguir, quando percebem que não há cédência, são as recusas de promoção.

Exercício do poder

O assédio está ligado ao exercício do poder, porque só pode acontecer quando há poder, quando a hierarquia exerce um poder de cima para baixo. Normalmente, sabemos que este poder ainda são os homens que o detêm, na maior parte das empresas. São os homens que estão no poder político e financeiro. Ainda não estamos nos 50% - número que acho que é onde devíamos chegar, ou não são as mulheres 52% da população? Termina na demissão ou em outras injustiças, associadas a uma recusa de favores sexuais.

As vítimas que passaram pelo SBN, por muito que eu lutasse para que não desistissem, desistiram, a maior parte delas. Algumas abandonaram mesmo o setor bancário e precisavam de emprego, tinham filhos, mas chegava uma altura que se iam embora porque não aguentavam mais. Nestes casos, a vítima entra numa escalada de depressão e de degradação psicológica tal que se reflete na

tido? Lanço aqui este desafio. Se às empresas for posta a questão de outra maneira, teremos outros resultados que não temos tido até aqui. Trata-se da quebra do dever do respeito pela dignidade das mulheres e dos homens no trabalho. Toda a pessoa tem o direito de desenvolver de

menos branda para com ele, o que já acontece com as questões da violência doméstica e passar a criminalizá-lo.

E, para terminar, denunciar, denunciar, denunciar!

**Membro da Direção do SBN*

Como agir



O que a vítima não deve fazer: Silenciar, isolar-se, demonstrar qualquer tipo de fragilidade emocional, carências afetivas, medo ou ansiedade. Quando o agressor sabe que a vítima vive sozinha, que a vítima é uma pessoa emocionalmente menos estruturada, esta torna-se um alvo mais fácil. Digo sempre: "Não demonstrem este tipo de fragilidades!".

Dificuldade em controlar reações: Como consequência, a vítima, vai de novo ser penalizada. Manifestar sentimentos de fracasso é algo que o agressor adora.

O que a vítima deve fazer: Nunca ficar sozinha com o assediador. Nunca permanecer nas instalações laborais fora do horário normal de trabalho, que é logo meio caminho andado. Guardar tudo o que possa servir de prova, como por exemplo, correios eletrónicos, prendas, bilhetes, postais, sms... Tudo isto é fundamental, mesmo que pareça insignificante, porque em tribunal é preciso provas. Exigir que as ordens de serviço sejam por escrito. Demonstrar claramente que não aceita conversas que não sejam estritamente de serviço. Ter alguém de confiança que esteja a par da situação. Se o agressor souber que esta mulher não está isolada, que esta mulher tem uma amiga, tem o pai, a mãe ou o marido que estão a par da situação, começa a refrear. E depois, denunciar. Só há uma maneira de combater, que é denunciar. ■



CONCURSO FOTO FEBASE

Fotos apuradas no mês de outubro

TEMA - COISAS E GENTES DA MINHA TERRA



"O fado de Coimbra"
José Pinto



"Inocente timidez"
João Amaro



"O meu castelo"
José Canelas



"Conciliação de espaços"
João Amaro



"Abertura para o conhecimento"
Rui Gonçalves



"Olhares sobre Castro Meirim"
Jorge Araújo

TEMA - LIVRE



"Prender o mar"
João Sales



"Olhares indiscretos"
João Amaro



"10:35"
Francisco Oliveira



"Buscando o céu"
Jorge Araújo



"Recordações"
Emanuel Pontes



"Tapetes que o Outono tece"
Maria Salvador